

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E SEIS**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de aprovação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, referente ao ano de 2006;* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de autorização de lançamento de uma derrama à taxa de 10% para o ano de 2007, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2006;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direito de Passagem;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de apreciação referente à declaração de apoio na Luta Contra Tráfico de Seres Humanos;* -----

-----**SEIS** – *Pedido de autorização para contracção de um empréstimo até ao montante de €143.613,00.* -----

-----**SETE** – *Pedido de aprovação da 10.ª Modificação Orçamental aos documentos previsionais de 2006.* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltou por motivo injustificado o Sr. Deputado Miguel Ângelo Soares Barros Cartageno e faltaram ainda por motivo justificado os Srs. Deputados José Manuel Lourenço Brás e Baltazar do Nascimento Bulas. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de Junho de dois mil e seis e abre inscrições. Não havendo inscrições, procedeu-se à votação, sendo a mesma aprovada com três abstenções e trinta e um votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** não havendo correspondência, dá apenas conhecimento de um ofício da Junta de Freguesia da Ribalonga, delegando a sua representação no seu Secretário, Sr. Raul de Oliveira Correia e da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro, delegando também a sua representação no seu secretário Pedro Manuel Figueiredo Fernandes Pinto. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA**, informa um membro do público que fará a sua intervenção com toda a legitimidade, no final da sessão da Assembleia Municipal, pois faz parte das regras do Regimento da Assembleia Municipal, intervir apenas no final dos Trabalhos. Informa-o ainda que poderá permanecer e assistir ao decorrer dos mesmos. Dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Começa por focar os rumores de provável encerramento do serviço de urgência do Centro de Saúde de Alijó, a partir das vinte e uma horas assim como o encerramento do internamento. Indica que se tal se verificar, será mais uma “machadada” sobretudo para os que têm menos recursos económicos, nomeadamente os idosos do Concelho de Alijó, que assim se vêem privados do direito aos cuidados da saúde, consagrado na Constituição. Solicita ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal alguns esclarecimentos sobre esta questão, a qual considera delicada. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Câmara se digne informar se tem conhecimento oficial desta matéria e qual ou quais as medidas que a Câmara se propõe tomar, no sentido de minimizar o sofrimento de todos aqueles que, segundo consta, vão sofrer na pele as consequências do centralismo que nada tem a ver com a realidade do Concelho de Alijó e outros Concelhos limítrofes. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Indica que a sua intervenção vai no sentido de, em nome da Bancada do Partido Socialista, manifestar enorme satisfação e alegria, com que hoje são brindados com a visita de Sua Excelência o Senhor Primeiro – Ministro, José Sócrates e todo o seu elenco governativo que o acompanha. Não menos importante é o motivo pelo qual o mesmo visita o

Concelho. Uma referência também e um agradecimento a todo o trabalho árduo, complexo e difícil que teve o Presidente da Câmara para que um acto simbólico que, neste dia se vai realizar no Concelho de Alijó, sendo a colocação da primeira pedra da Pousada da Juventude. Reconhece ainda todo o trabalho, o qual não foi fácil pois foi uma obra lançada no século passado e no início deste século pode torna-se uma agradável realidade. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Informa que a sua intervenção vai apenas no sentido de manifestar a sua estranheza pela marcação, no dia de hoje, uma época tão importuna, em plena vindima, em que a maioria das pessoas têm afazeres e tem que ser para cumprir calendário. Afirma que sempre se debateu pela realização de mais reuniões de Câmara do que aquelas que apenas visam legalizar a Democracia, não obstante, entende que esta marcação não merece comentários. ---

-----**DEPUTADO JOAQUIM VEIGA:** Indica pretender expressar as palavras do Sr. Deputado Belarmino Monteiro, que a seu ver são bastante oportunas. Deixa um alerta, para a fixação dos jovens no Concelho, o que não tem acontecido. Lembra que tem catorze sobrinhos e apenas um ficou na terra, indo os restantes para Lisboa, assim como os seus dois filhos, que foram para lá estudar, onde se formaram em Direito e onde continuam. Indica ainda que “a nossa terra não lhes dá condições, não tem condições”. Não é apenas o Concelho de Alijó, são todos, porque a desertificação é total, porque o Concelho de Alijó já teve cerca de 20 mil habitantes e no presente momento talvez já nem tenha metade. Refere ainda a Zona Industrial da Chã que se encontra “morta”, não sabendo de quem é a culpa, nem pretende atribuir contas a ninguém. Indica que há cerca de três anos foi à Zona Industrial de Sabrosa, onde só existiam dois ou três pavilhões e neste momento tem mais pavilhões que a de Alijó e o mesmo sucede com a Zona Industrial de Carrazeda de Ansiães, que está muito maior. Entende que algo deve ser feito e os técnicos devem pronunciar-se sobre esta questão, pois a desertificação é muito má e com a retirada de Tribunais ou Centro de Saúde, mais a medida das escolas, a qual não contesta, a situação torna-se mais grave. A culpa não é do Governo, nem de ninguém, é do sistema. Informa que na sua aldeia existiam duas escolas com 72 alunos e actualmente não tem nenhum, pois os poucos que restaram foram encaminhados para o Pinhão. Afirma que algo tem que ser feito, no entanto, quer o Sr. Presidente da Câmara, quer ele próprio se sentem impotentes e todos presentes verificam que algo está a correr mal, pois amanhã

não haverá ninguém no Concelho, passando a ser uma “quinta”. Finaliza dizendo que alguma coisa, o Governo ou alguém, instalasse indústrias ou fizesse algo para modificar a presente situação. -----

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Indica que esta é a primeira vez que usa da palavra, sendo esta uma situação oportuna, para colocar uma questão muito complicada que se verifica na Freguesia de Vilar de Maçada. Pretende colocar a questão ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de médico, pois trata-se da Extensão de Saúde da Freguesia de Vilar de Maçada. Informa que tem uma Freguesia com 1100 utentes, na referida Extensão de Saúde, a qual serve quatro localidades e tendo falado com o funcionário administrativo e com o próprio médico, constatou que no terceiro trimestre de 2006, nos meses de Julho, Agosto e Setembro, o médico esteve presente treze dias em Julho, quatro dias em Agosto e seis dias em Setembro. Esclarece ainda que dos 1100 utentes, a maioria têm idades compreendidas entre os 55 e 60 anos de idade, o que significa que estes duplicarão. Informa ainda que teve uma conversa com o Dr. Jorge que está na referida Extensão de Saúde, o qual indicou que tanto ele como o funcionário administrativo, estão a ficar loucos com a situação em Vilar de Maçada, porque são pessoas idosas, com prescrições de medicamentos que não pode passar em triplicado, porque as pessoas perdem as receitas. Esta é uma situação muito complicada e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara pudesse inverter, de alguma forma junto das entidades competentes. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ajuda para se deslocar a alguma entidade que possa resolver esta situação e assim arranjar uma solução, em que o médico se possa deslocar a Vilar de Maçada, quatro períodos por semana, tentando o equilíbrio. Finaliza afirmando uma vez mais que esta é uma situação muito complicada e as pessoas já começam a queixar-se. -----

-----**DEPUTADO MANUEL MESQUITA:** Solicita ao Sr. Presidente da Câmara se digne mandar sinalizar a estrada entre S. Mamede Ribatua e o Amieiro, uma vez que foi colocado novo tapete na mesma. Esta é uma estrada bastante acidentada, pois é zona de muito nevoeiro e no Inverno torna-se bastante difícil a circulação. Indica ainda que têm acontecido vários acidentes devido ao nevoeiro. Solicita ainda a colocação de rails nas zonas mais perigosas. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, a sua Freguesia foi no passado mês de Agosto, vítima de um violento incêndio

que danificou tudo quanto apanhou à frente, nomeadamente castanheiros, oliveiras e até videiras, não deixando rasto de coisa boa para trás. Esta foi uma situação que a todos entristeceu, mas o que mais a entristeceu foi o facto nesse dia se ter deslocado às aldeias de Cal de Bois e Vale de Cunho, sendo essas as mais afectadas e as pessoas que se aproximavam, afirmavam entre elas coisas do tipo que passou a citar:”se os Bombeiros de Alijó estivessem atentos, o incêndio não se tinha propagado através da IP4, do Concelho de Murça para o Concelho de Alijó”, “os Bombeiros baldaram-se”, “os Bombeiros não quiseram saber”, “os Bombeiros foram-se embora quando deviam estar presentes, na hora da verdade ninguém combateu o incêndio”. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que tem conhecimento que este esteve presente no local na hora da verdade e, solicita que perante a Assembleia Municipal, informe se efectivamente estas informações são verdadeiras ou falsas. Afirma que a serem verdadeiras, são graves, porque cada um tem os lugares que tem e tem que os desempenhar da melhor forma possível. Não compete a um Bombeiro meter-se lá no meio e ficar queimado, mas compete-lhe combatê-lo à distância, pois ser Bombeiro não é só querer ter direito, por exemplo à isenção da Taxa Moderadora no Centro de Saúde. Há direitos e deveres. Temos que usufruir dos direitos e cumprir os deveres. Dirige-se uma vez mais ao Sr. Presidente da Câmara afirmando que, a ser verdade o que acabou de afirmar, que lhe foi dito pelos populares, há responsabilizar essas pessoas. Indica que está disponível, para juntamente com o Sr. Presidente e com que mais este entender, diligenciar, no sentido dessas pessoas serem responsabilizadas. Esclarece que usou da palavra para defender as pessoas da sua Freguesia, pois há subsídios para toda a gente e os seus eleitores, as pessoas da sua Freguesia, não podem ficar de ânimo leve, com todos aqueles prejuízos, pois ficaram sem videiras, castanheiros, oliveiras, foi tudo. Indica ainda que há que ir para o local ver os prejuízos e pedir indemnizações para essas pessoas. Finaliza congratulando-se com a visita de Sua Ex.^a, o Sr. Primeiro – Ministro de Portugal, dando por tal visita, os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, pois acredita que sem o esforço dele, tal não seria possível, assim como se congratula com o lançamento da primeira pedra, de uma obra tão importante para a fixação dos jovens no Concelho e conseqüentemente para todos que nele habitam.-----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Começa por referir a escola de Vila Chã, escola

acolhedora dos alunos das restantes aldeias, a qual sofreu intervenção a nível de obras, reparações, que se verificaram no mês de Julho e interrompidas até hoje, porque não satisfaziam as grandes necessidades de reparação. O período escolar já começou, as crianças já estão instaladas. Lavaram o telhado, contudo toda a gente sabe que, um telhado com trinta anos, depois de lavado, é retirada toda a sujidade dos poros da telha e não fica impermeável, mas permeável, deixando passar a água. Afirma que depara que todas as outras escolas que acolheram crianças, sofreram reparações, algumas ainda em curso, as quais aplaude, contudo não pode aplaudir que uma escola acolhedora de crianças, onde foram centralizados serviços, sejam interrompidas as obras, passe todo o período de Verão sem que as mesmas tenham continuidade e no Inverno irão começar. No entanto, afirma que “vale mais tarde que nunca”, apesar de achar que deveria ter sido em tempo útil, tal como noutras escolas. Relativamente ao Aeródromo, lembra que, na última Assembleia Municipal, fez uma intervenção, a qual está em Acta, sobre o mesmo, onde obteve como resposta que “se calhar até já lá andam as máquina, contudo tal não se verifica, mas deve haver alguma justificação, pois a resposta do Sr. Presidente foi com tanta convicção que tem plena certeza que estava a falar verdade. Decerto, algo surgiu e gostava de ser esclarecido. No que diz respeito aos “Monstros”, indica que são a nódoa negra do Concelho de Alijó e refere que existe um Concelho próximo, que tomou medidas relativamente a esta questão e que a seu ver foram por excelência acertadas. As mesmas consistem na requisição de quase todas as empresas do género, que podiam desempenhar a função de recolha de “Monstros”. Desta forma, para além do serviço que prestou na recolha de tudo, ainda deu dinheiro a ganhar a toda a gente envolvida. Após esta medida, compraram contentores para colocar em locais estratégicos que simplificam a vida às pessoas. Refere ainda que os contentores não são muito caros, rondando os seiscentos contos cada unidade. Desta forma, as pessoas, comodamente, poderão depositar nos contentores o que antes deitavam pelas ribanceiras abaixo. Ainda neste contexto, dá como exemplo dramático, a lixeira da Zona Industrial que, era lixeira, deixou de ser e após uma intervenção efectuada há cerca de três meses, tornando-se num lugar aprazível. Contudo, hoje, à saída da Zona Industrial já existem telhas depositadas, provenientes da Biblioteca Municipal. Houve uma obra que foi adjudicada, o empreiteiro devia responsabilizar-se pelo local onde iria descarregar o entulho. Indica que tudo que não presta, do Concelho, vai para a

Freguesia de Vila Chã, contudo, tiram os recursos da Freguesia de Vila Chã, tal como a água ou a caça. Enquanto representante daquele povo sente-se muito amargurado com determinadas atitudes. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que está muito grato pelo polivalente construído na Chã, o qual considera uma grande obra e não podem dizer que não está rentabilizado, pois quem ali passa vê quase todos os sábados e domingos, entre outros dias, que quase às escuras se pratica desporto. Informa que as pessoas lhe atiram à cara que o polivalente é uma obra incompleta porque não tem iluminação nem balneário e ficaria muito grato se concluíssem a obra, no capítulo da iluminação e dos balneários. Quanto aos Bombeiros, é verdade que as populações terão algumas queixas, no entanto eles são voluntários e quando se trata de aflição, também são seres humanos e também se afligem. Refere que se verificou um incêndio no Alto de Pegarinhos e, enquanto popular, foi ajudar a combater o mesmo e o que lhe constou das pessoas, foi que os Bombeiros chegaram, lhes indicaram o local e eles iam para Pegarinhos, voltando novamente para cima. Questiona quem cortou o incêndio e indica que foram os populares. Indica que não se pode queixar e também não pretende desfazer nas razões da sua colega, mas depois falou com eles, foram ao local próprio e felizmente evitaram que toda aquela área, atingisse os danos que estavam a adivinhar-se, poucos pinheiros arderam e solucionaram o problema a tempo. Afirma que os Bombeiros, durante o Inverno deveriam ver bem os acessos, por onde haviam de ir quando se registassem os incêndios, podendo inclusive fazer simulacros. Desta forma era um trabalho preparado no Inverno para ser executado no Verão. -----

-----**DEPUTADO HUMBERTO SANTOS:** Indica que apenas vai intervir pelo facto de uma Sra. Deputada ter visado os Bombeiros Voluntários de Alijó. Na qualidade de Presidente dos mesmos, não poderia ficar calado, porque ficaria revoltado consigo mesmo, se não desse uma palavra de defesa dos homens do Concelho de Alijó. A Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Populo, D. Filomena Nogueira, teve uma atitude, sob o seu ponto de vista, infeliz, pois acusou os Bombeiros Voluntários de Alijó, que se servem por uma Taxa Moderadora, que rondam os dois euros, por mês ou por ano, para não fazer o seu serviço. São homens que dão muitas vezes vinte e quatro, trinta ou quarenta horas, muitas vezes mal alimentados, sem apoio. Acha indigna a intervenção da Sra. Deputada e pretende afirma-lo com toda a sinceridade e frontalidade. Lembra

que, apesar de não ser operacional, esteve na companhia do Dr. Presidente, na Freguesia do Populo, na terça – feira desde as 17 horas até às 02 horas da manhã do dia seguinte. Lembra ainda que viu no local o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice – Presidente, o Sr. Governador Civil, mas não viu a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Populo. Relativamente aos populares de Vale de Cunho, esclarece que são pessoas que em quase todas tem um amigo e também viu lá muitos. No entanto os que foram levar a mensagem à Sra. Presidente de Junta, talvez fossem os que estavam de chinelinhas e calções às suas portas, a criticarem o que deveriam fazer mal ou bem. Acredita que os Bombeiros, muitas vezes, cometam os seus erros, porque “afinal quem não erra? Nós também erramos e se olhássemos para nós próprios, muitas vezes não abríamos a boca”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa por referir todos os Srs. Deputados que falaram de rumores no que concerne ao sector da saúde no Concelho de Alijó e indica que relativamente a esta matéria, todos sabem que ao nível de vários sectores da administração pública, na sequência do PRACE e de orientações do próprio Primeiro – Ministro o Governo está a reestruturar os serviços de forma a reafectar os recursos escassos que existem em termos públicos, no sentido de produzir mais eficácia nesses mesmos serviços. Indica que podia falar da Educação, da saúde, da justiça ou da segurança social, pois tudo isto é da responsabilidade do Governo, não é da responsabilidade da Autarquia, mas esta, como primeiro embate destas medidas e porque estão no terreno, estão do lado das populações, no sentido de minimizar e atenuar os efeitos de reestruturações deste género, que criam sempre dificuldades sobretudo para as povoações e para os Concelhos mais pobres e mais desertificados. No que concerne a esta matéria e às questões colocadas, ao SAP (Serviço Atendimento Permanente) e a ao Serviço de Urgência, a hipótese de eventualmente estes deixarem de existir, em termos de internamento, indica que não tem conhecimento, nem oficial nem officioso, que tal vá suceder no Concelho de Alijó. No entanto, admite que face ao que vê na comunicação social, que possamos vir a ser confrontados com essa situação. Assim como já foram confrontados com outras situações, noutros sectores e noutros serviços. A Câmara Municipal de Alijó, com as suas responsabilidades e com as suas possibilidades financeiras, esteve, está e estará sempre

disponível para em parceria com as IPSS ou outras entidades, tentar ajudar a suprir dificuldades que eventualmente venham a surgir nesta matéria. Lembra que na construção do novo Centro de Saúde, garantiram ao mesmo tempo, um financiamento do Programa Saúde XXI, para reconstruir o actual hospital da Santa Casa da Misericórdia, transformando-o num Hospital de retaguarda, com valência de Serviço de Urgência. Informa que existe em Valpaços, um Hospital da Santa Casa da Misericórdia, a funcionar muito bem, até a dar lucro, com as características que irá ter o de Alijó. Afirma que os tempos são difíceis, que ninguém pode esperar por milagres e também não podem esperar que alguém venha com uma varinha mágica, resolver os problemas do Concelho. Esclarece ainda que a única coisa que pode dizer relativamente a esta matéria é que contam, como sempre contaram com a Câmara Municipal de Alijó, para ajudar a resolver os problemas, dentro das suas possibilidades, porque existem coisas que os ultrapassam. No que concerne à questão colocada pelo Deputado Mário André, mais pormenorizada, no que diz respeito ao médico de Vilar de Maçada, que num mês apenas esteve presente três dias ao atendimento das populações, vem de certa forma dar razão, aos que pensam que com a ausência de médicos e falta de recursos humanos, a solução em Concelhos como o nosso seja a concentração de alguns desses serviços para os garantir com qualidade às pessoas. Assim em vez de se dirigir o médico ao utente, arranjam formas de levar o utente ao médico. Esclarece que não está a afirmar que esta seja a solução e que relativamente à questão central, a Câmara Municipal de Alijó, em conjunto com todos aqueles que puderem ajudar nesta matéria, estará sempre disponível para dialogar com o Governo, com as Instituições que têm responsabilidade nesta matéria para tentar encontrar soluções para os problemas. No que diz respeito à intervenção do Deputado Jaime Cardoso, indica que já se conhecem há muito tempo e lembra-se que nas suas intervenções, por esta altura, mês de Setembro, de reclamar com a data de realização desta Assembleia Municipal. Esclarece que a Lei obriga a realizar esta Assembleia em Setembro e normalmente é marcada para o último dia do mês de Setembro para tentar encontrar o melhor dia possível, neste contexto. Não será o ideal, tendo em conta a realidade concreta do Concelho de Alijó, contudo ficariam em situação ilegal se não marcassem no mês de Setembro. Relativamente à fixação de jovens no Concelho esclarece que esta é uma batalha que todos têm que travar no dia a dia. A Câmara Municipal de Alijó, com as possibilidades que tem, está a fazer o que

lhe compete fazer. Dá o exemplo de investimento, o auto de consignação que se realiza neste dia com o lançamento da primeira pedra da Pousada da Juventude de Alijó. Este é um dos investimentos que pode ajudar a criar emprego e a fixar jovens, porque a Pousada da Juventude é um edifício que precisa de jovens para funcionar e pessoas para lá trabalhar. Vai receber jovens não apenas do País como do Estrangeiro, dentro da rede de alberguistas, que tem a ver com o chamado turismo juvenil. Esta é uma das atitudes que têm que tomar. Indica que outra medida é a diminuição na taxa para aquisição de casa ou para outro tipo de produto, que fazem aos jovens, com uma diminuição das Taxas a pagar à Câmara, no valor de 50%. Outra medida para ajudar os jovens e incentivar o comércio local foi o lançamento do Cartão Alijovem. Indica que costuma ver em Vila Real, jovens e menos jovens do Concelho de Alijó, o que considera natural, porque é o poder da atracção da sociedade de consumo, mas em vez de irem lá consumir, podem ir lá passear e ver, mas como as marcas são iguais, podem comprar no comércio local, onde têm desconto de 10 %. Refere que gostaria de mais e melhor e considera ser o primeira a estar insatisfeito, mas não têm meios para ir mais além. Se assim não fosse, o problema da desertificação e o problema da sangria demográfica dos jovens, registava-se apenas no Concelho de Alijó e não se registava nos outros, mas este não é um problema específico nem do Concelho de Alijó, nem da Região de Trás os Montes, é, infelizmente, um problema de zonas cada vez mais vastas do País, de tal forma que, podem afirmar claramente que o país tem dois grandes centros demográficos: o grande Porto e a grande Lisboa. O resto do País vai sendo cada vez mais, paisagem. Indica que têm que continuar a trabalhar e a batalhar contra esta tendência, pois há cada vez mais qualidade de vida no interior e há cada vez mais jovens e menos jovens, porque as distâncias encurtaram, que gostariam e apostam em regressar ao interior. Do seu ponto de vista, têm que apostar na qualidade e na diferença, dando aquilo que os grandes centros urbanos não dão, para que um jovem possa trabalhar em Vila Real mas prefira habitar e consumir no Concelho de Alijó. Não podem transformar o Concelho de Alijó naquilo que ele não é, não foi nem nunca será, pois é essencialmente agrícola, vive essencialmente do vinho e poderá também viver do turismo. Quando o vinho e o turismo estiverem bem, o comércio e a indústria também estarão bem. Contudo o Concelho de Alijó, não tem potencialidades para ser um grande centro industrial ou um grande Concelho com emprego nessa área. No entanto,

estes também têm outro tipo de problemas porque podem colocar lá um fabrica com mil ou mais trabalhadores num dia e no mês seguinte deslocalizá-la para outro lugar. Estes são os problemas da globalização, que nem os Governos, nem os Concelhos e nem as Câmaras são capazes de resolver. Hoje em dia quem manda nisso não são os políticos, nem os autarcas, nem os governantes, são as multinacionais, porque se globalizou essa matéria, mas não se globalizaram os direitos sobretudo sociais dos trabalhadores. Indica ainda que é fácil mobilizar o capital, mas não é fácil pegar nas pessoas e seus bens e mudá-los de um lado para o outro, de acordo com a Lei da oferta e da procura. No que concerne à Zona Industrial refere que as comparações são sempre injustas e imperfeitas. Indica ainda que fizeram uns acordos jurídicos verdadeiramente complicados. Informa que estão a reestruturar a Zona Industrial, que foi uma boa aposta, era o que tinha que ser feito no Concelho, contudo não fazem milagres. Estão a estudar a mesma, a alarga-la e podem vir a localizar lá, ou não, a Central de Biomassa, cujo concurso decorreu no dia 19 de corrente mês, a instalar no Concelho de Alijó. Cita um exemplo para mostrar quão difícil é atrair investidores para as Zonas Industriais, pois foi efectuada uma reunião, contando com a sua presença, do Sr. Vice-Presidente e da Eng. Zélia Correia Pinto, com um possível investidor, de origem brasileira. Este iniciou a conversa dizendo que queria instalar na Zona Industrial um Centro de Inspeção de Veículos e foram-lhe indicadas as condições e elementos necessários. Nesse mesmo momento o referido Sr. desistiu dessa ideia e passou a querer instalar uma bomba de gasolina. Uma vez mais foi esclarecido do necessário e também desistiu, passando a propor a abertura de um negócio de pneus, sendo igualmente elucidado dos elementos necessários. Uma vez mais ele desistiu e pensou que seria melhor, sapatos. No final da reunião nada de concreto ficou decidido, chegando à conclusão que “este individuo anda a brincar”. Esclarece que infelizmente existem muitos “brincalhões” como este, mas as pessoas que vêm com seriedade, são ajudadas e até estão lá instaladas. Indica que poderia dar o exemplo de situações em que foram recuperar alguns lotes que estavam na posse de pessoas que os compraram mas que não faziam nada e já mudaram de propriedade. A Câmara Municipal Alijó, com a ajuda do seu assessor Jurídico, teve uma intervenção profunda e empenhadíssima nessa mesma mudança. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Manuel Mesquita, no sentido de finalizar a estrada entre S. Mamede Ribatua e o Amieiro e colocação dos respectivos rails, indica que tomou nota da

sugestão e está presente o Sr. Vice – Presidente responsável pela obras, que poderá responder relativamente a esta matéria. Informa que a questão dos rails é muito curiosa, pois há pouco tempo, o Sr. Vice – Presidente tentou a colocação de alguns, numa série de situações no Concelho de Alijó e veio uma empresa analisar as situações. Após a análise, a empresa transmitiu que o número de rails não compensava o trabalho, a deslocação, etc. Indica que há falta de emprego, há dificuldades e quando precisam das pessoas e dos serviços, ainda existem pessoas que afirmam que é pouco e que não compensa. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, no que concerne às obras na escola de Vila Chã, que foram interrompidas até hoje, indica que está presente a Sra. Vereadora da Educação e o Sr. Vice – Presidente, que poderão responder a esta questão. Informa que a Câmara tem feito um esforço enorme com os seus recursos humanos, de forma a que falhe o menos possível, no arranque do ano lectivo, pois esta é mais uma das situações que o Ministério impôs e a Câmara Municipal tem que se desenrascar e fazer obras nas escolas de acolhimento. No entanto os pormenores podem ser explicados pelos referidos Srs. Vereadores. No que concerne ao Aeródromo e quando referiu na última Assembleia Municipal que as máquinas já deviam lá estar, estava a referir-se às máquinas da engenharia militar que iam ao local verificar o que se poderia fazer relativamente à actual pista. Lembra que ainda referiu na mesma Assembleia Municipal que o Aeródromo era, foi, é e continuará a ser, enquanto estiverem nestas funções, uma aposta estratégica do Concelho e da Região. O mesmo teve alguns atrasos decorrentes de uma situação, da qual a Câmara Municipal de Alijó não é minimamente responsável, mas sim a Associação de Municípios do Agrupamento Vale Douro Norte, pela qual o concurso do respectivo Plano Director do Aeródromo foi elaborado. Indica que houve um ligeiro atraso nesse mesmo concurso e o Sr. Deputado tem conhecimento das razões. Indica ainda que só se aperceberam que a Associação de Municípios estaria com algum atraso nesta matéria, quando foram confrontados com esse facto pela empresa que ganhou o concurso. Imediatamente agiram e pensa que essa situação será resolvida para breve. Reafirma relativamente ao aeródromo, o que disse na última Assembleia Municipal, que se pretendessem apenas pavimentar o Aeródromo, a actual pista, já o tinham feito. Indica ainda que estão a encarar o Aeródromo com demasiada seriedade e por isso não o fazem. Pretendem transformar a actual pista, numa pista de 1500 m e depois fazer outra com 3000 m, para

o mesmo poder concorrer com os Aeródromos de Bragança e Vila Real, no que concerne a ficar situado em Alijó, o verdadeiro Aeródromo da Região de Trás os Montes e Alto Douro, quando for definida a rede de Aeródromos secundários. Podem continuar a dizer que tal é uma ideia megalómana, que não têm capacidade para competir com os outros, contudo não gosta de se lamentar nem de fazer “figura de coitadinho”. Refere que são tão bons como os outros, têm tanta razão e se calhar mais argumentos para defender a localização do Aeródromo secundário da Região, em Alijó. Dá o exemplo da Pousada da Juventude, cujo Auto de Consignação e lançamento de primeira pedra vai ser neste dia. Lembra que no dia 16 de Abril de 1999, foi assinado o Protocolo entre o Estado Português, através da Movijovem e do Instituto Português da Juventude e a Câmara Municipal de Alijó, para a sua concretização. Após sete anos, é que vai “ver a luz do dia”. Indica que se tivessem desistido, deixado de acreditar, se não tivessem continuado a lutar e a pressionar, hoje não tinham Pousada da Juventude. Dirige-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, dizendo que enquanto estiver nestas funções, lutará com todas as suas forças para que o Aeródromo seja uma realidade, não por vaidade nem por megalomania para o Concelho de Alijó, mas porque considera que não há turismo sustentado e sustentável para a Região sem acesso aéreo. No que diz respeito aos “Monstros”, lixeira da Zona Industrial, iluminação e balneários, indica que está presente o Sr. Vice – Presidente responsável pelas Obras que poderá responder a estas questões. No que diz respeito aos Bombeiros do Concelho de Alijó e tudo quanto foi afirmado, indica que gostaria de fazer um esclarecimento, pedir a compreensão e tolerância a todos. Solicita ainda a todos que mesmo quando alguém comete alguma falha, façam um processo de auto – disciplina interna e procurem, em primeiro lugar, compreender o porquê das situações, tentando atenuar por vezes a revolta, que compreende ser legítima e que a sentiu no contacto com as populações. Por ser verdade e tal como afirmou o Sr. Deputado Humberto Barbosa, esteve no terreno acompanhado pelo Sr. Vice – Presidente e pretende contar a verdade, esclarecendo que não foram os Bombeiros Voluntários de Alijó que falharam, nem foi nenhuma corporação de Bombeiros, segundo o seu “humilde ponto de vista”. No entanto é verdade que houve uma falha, que a seu ver se verificou ao nível de coordenação. O que custa é mandar, coordenar e organizar meios. Quando chegou ao local acompanhado do Sr. Vice – Presidente, viram uma série de veículos

de Bombeiros, alinhados no campo de futebol de Vale de Cunho e chegaram a questionar o que estariam a fazer os mesmos. Questionaram a coordenação dos meios no terreno, porque estes não faltaram, contando com 42 veículos, 163 homens, 2 aviões e 1 hidroavião. Indica que a Sra. Presidente de Junta do Pópulo tem razão quando se interroga porque ele próprio e o Sr. Vice – presidente também o fizeram e perguntaram como seria possível com todos aqueles meios, permitir que um incêndio passe o IP4, o Rio Tinhela, uma Estrada Nacional que vai de Pegarinhos para Murça e passe uma série de outras estradas e entre no Concelho de Alijó. Neste ponto a Sra. Presidente de Junta de Freguesia do Pópulo tem toda a razão. Refere uma vez mais que esteve presente no local com o Sr. Vice – presidente, andaram no meio do fogo, não viram os homens no terreno e souberam que os mesmos não foram mandados, estavam à espera uns dos outros e de receber ordens de quem estava a coordenar. Nesta questão é necessário que a verdade seja dita, pois assim não haverá problemas, porque se trata de pessoas amigas e que todos conhecem. Compreende que a Sra. Presidente de Junta, nessa qualidade, porque foi esse feedback que teve, tenha tido tal reacção e compreende também o Sr. Humberto, na qualidade de Presidente dos Bombeiros Voluntários, como comandou os seus homens e soube que foram para onde os mandaram, também tenha uma reacção de defesa da sua corporação. Informa os Srs. Deputados e a Mesa que, no mesmo dia e na hora do incêndio, falou com o Sr. Vice – Presidente e com o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Ascenso Simões, exigindo uma averiguação aos acontecimentos que ocorreram neste incêndio, o que foi prometido e há pouco tempo reafirmado, que tal averiguação está a decorrer e que a Câmara Municipal de Alijó será a primeira a conhecer o respectivo resultado, assim como averiguar responsabilidades. Solicita que não ponham, “mais achas na fogueira” pois os homens, tal como disse o Sr. Humberto, os operacionais, muitos deles voluntários, muitos eventualmente sem formação, mas cheios de vontade, dando o seu melhor, dando muitas vezes o que têm e o que não têm. Indica ainda que deviam começar a pensar se não seria necessário instituírem um corpo profissional de ataque a este flagelo e em vez de se preocuparem tanto com o combate, preocuparem-se mais com a prevenção, pois os fogos não se combatem, evitam-se. Para tal o Governo já tomou algumas medidas, onde o Concelho de Alijó já tem uma resposta concreta, a Central de Biomassa. O concurso está a decorrer e vai ajudar a

resolver o problema de combate a incêndios e o problema de desenvolvimento económico da zona Norte do Concelho de Alijó. Uma vez mais reforça a ideia de que quando tiverem o resultado das averiguações, certamente saberão a quem atribuir responsabilidades e quem as tiver, concorda que seja chamado e responsabilizado. No que diz respeito às indemnizações que a Sra. Deputada referiu, indica que é necessário fazer o levantamento das situações e coloca-las também ao Ministério da Administração Interna. Referiu de seguida a Pousada da Juventude dizendo que este dia é de grande alegria para o Concelho de Alijó, pois este processo foi muito complexo, sofreu vicissitudes várias, houve uma altura em que estiveram para retirar este investimento e colocá-lo na Câmara Municipal de Boticas. Felizmente o Concelho de Alijó reagiu com grande força e determinação supra partidária, com sentido de estado e houve união de esforços entre o poder e a oposição, como não se lembra ter visto noutras situações. Lembra ainda que reagiram em uníssono em conferência de imprensa relativamente a este “assalto à mão armada” que pretendiam fazer ao Concelho de Alijó. Felizmente conseguiram impedir e estancar essa situação, ganhando em definitivo esta obra. Independentemente de todos os problemas que têm e vão continuar a ter, este é um dia de grande alegria para o Concelho de Alijó. Reitera o convite para que todos os Srs. Deputados estejam presentes pelas 16.30h, para receber não apenas Sua Ex.^a o Sr. Primeiro – Ministro, mas o Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, Laurentino Dias e o Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, entre outros membros que acompanham e vêm nesta visita ao Concelho de Alijó, não tentativa de ainda ajudar a contribuir para a resolução do problema das Adegas Cooperativas, sector do qual vive o Concelho. Refere ainda que não acredita que nenhum Governo, assim como nenhum treinador de futebol, como ninguém que esteja à frente de uma Câmara ou de qualquer Instituição, procure fazer as coisas mal feitas e têm que dar o benefício da dúvida a todos e cada um. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra aos Srs. Vereadores que foram indigitados, para se pronunciarem sobre os temas dos respectivos Pelouros: -----

-----**VEREADORA M.^a EDUARDA SAMPAIO:** Inicia a sua intervenção dirigindo-se ao S. Deputado António Fernandes, dizendo que o papel de um Deputado é precisamente trazer estes problemas aos sítios certos e congratula-se por isso. È neste sítio que se devem pôr os problemas e

quando o povo ler as actas, ficam a saber que os seus Deputados tocaram nos problemas. Aproveita para esclarecer todos os Srs. Deputados sobre a questão colocada, pois apenas é do seu conhecimento, do Sr. Vice-Presidente, responsável pelo pelouro das Obras e o Sr. Presidente da Junta de Vila Chã. Indica ainda que as pessoas mencionadas tinham conhecimento que iam fazer obras em virtude de em Vila Chã existir uma pré – primária e uma sala do primeiro ciclo. As obras foram iniciadas pois levaram o Sr. Vice – Presidente da Câmara Municipal de Alijó ao local, onde foi sensibilizado para os gastos a efectuar, uma vez que a escola não encerrava e seria uma escola de acolhimento até 2009, com treze meninos, necessitando de obras de outra envergadura. Lembra ainda que os três estiveram no local e chegaram à conclusão que deveriam não só fazer uma lavagem e arranjos pouco significativos, mas umas obras de fundo. Como é do conhecimento do Sr. Presidente da Junta, para fazerem as ditas obras de maior envergadura, estas têm que estar cabimentadas, têm que ser postas a concurso e estes processos leva o seu tempo. Informa que é por esta razão que as obras estão entregues a um empreiteiro que concorreu, ganhou e vai fazer as obras mais profundas. Esta é a razão deste impasse e espera ter esclarecido não o Sr. Presidente da Junta, porque esse já estava, mas o Sr. Deputado. Aproveita para apelar ao Sr. Deputado António Fernandes, para sensibilizar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para que o dinheiro que está cabimentado nesta Câmara Municipal para as escolas. Este tem que ser levantado para assim poder distribuir os produtos e materiais necessários ás escolas, para os Srs. Professores, pois os alunos da sua Freguesia estão a ser penalizados pela falta que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia está a ter. Termina apelando uma vez mais para esta sensibilização, para que este pormenor seja ultrapassado, pois pensa que, este como Deputado, está interessado em que tudo corra pelo melhor. -----

-----**VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA:** Começa por referir a questão dos “monstros”, mostrando um documento, que dá conhecimento em primeira mão, pois apenas o recebeu no dia anterior. Trata-se de um contrato que pretendem celebrar com a Serurb e consiste na colocação de contentores de 10m³, ao longo do Concelho, para colocação de “monstros”. Vão estudar a colocação dos mesmos, pois parecem-lhe insuficientes para o tamanho gera do Concelho. Esclarece ainda que só apresentou proposta para cinco locais: parque industrial, Favaios, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pinhão, no entanto entende que não são suficientes e pretende alargar um pouco

mais. A referida empresa apresentou uma proposta em que o aluguer da caixa é de setenta euros mais IVA, por unidade e por mês. O transporte das caixas para o aterro sanitário, localizado em Boticas, fica em duzentos e quinze euros mais IVA. Este problema vai ser estudado, não vê inconvenientes nenhuns nesta proposta, porque considera urgentíssimo, tratem a questão dos “monstros”, instrumentos que poluem muito mais que propriamente os aterros. Indica que o Sr. Deputado António Fernandes referiu o aterro colocado no parque industrial, mas não podem proibir ninguém sem antes dar alternativas. A Câmara Municipal de Alijó, em conjunto com as Juntas de Freguesia, tem que criar espaços para dar alternativas aos construtores. Relativamente à afirmação sobre colocação de materiais de construção na zona industrial, pelo construtor que anda a refazer a cobertura da biblioteca, indica que é verdade, no entanto mal tomou conhecimento, obrigou o mesmo a repor a situação. Informa ainda que já foi informado que o mesmo esteve no local, com uma máquina a arranjar o local e proibiu-o de colocar lá ou noutra sítio, qualquer tipo de entulho. Esclarece ainda que os empreiteiros quando concorrem às obras, no caderno de encargos consta a colocação de entulhos à responsabilidade deles e não o podem colocar sem autorização de alguém, a menos que o façam em terrenos próprios. A lixeira no parque industrial, é verdade que existe, incomoda toda a gente, mas têm-se preocupado em resolver estes problemas quer naquele local, quer noutros, como por exemplo em Vilar de Maçada, local onde enviou uma máquina expressamente para regularizar o terreno onde estava instalada uma lixeira. Informa que periodicamente vai arranjando esses espaços, mas o facto é que ainda é “um cancro no Concelho de Alijó”, a resolução destes problemas não é fácil e nos outros Concelhos passa-se exactamente o mesmo problema. Relativamente ao incêndio do Populo esclarece que o problema do mesmo não foi dos Bombeiros, nenhuma corporação dos Bombeiros de Alijó. O problema foi da responsabilidade dos Bombeiros de Murça, que deixaram passar o incêndio no IP4. Os incêndios se não forem atacados no início, tanto faz que haja avião ou não e torna-se muito difícil o combate rápido, com o estado de limpeza que se encontram as matas. Refere uma vez mais que houve uma falha dos Bombeiros de Murça e “não devemos apontar o dedo aos Bombeiros, a quem comete um erro mas também faz tantas coisas boas. Eles têm direito a errar e se queremos que nos perdoem e compreendam os nossos erros, pois fazemos tantos todos os dias, temos também o direito e o dever

de compreender os erros dos outros”. Muitas vezes falam em caminhos florestais, mas a seu ver, não adianta nada porque um caminho destes tem três ou quatro metros de largura, a via rápida com três faixas tem vinte metros e o incêndio também passou. Apesar de ser um erro, não devem penalizar ninguém por isto. Este é o seu sentimento, porque os Bombeiros são escravos de toda a gente e não é por causa de um erro que vão condenar o total das suas acções, em que a forte percentagem de tudo quanto fazem pode classificar-se de muito bom. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Refere que alguns Srs. Deputados se pronunciaram sobre a questão da saúde e invocaram a figura do Presidente da Assembleia Municipal e antes de abrir segunda ronda de Inscrições, para os vários temas abordados, pretende tecer duas ou três breves considerações para um melhor esclarecimento daquilo que é a realidade da saúde no Concelho de Alijó. Tudo isto tem a ver naturalmente com as preocupações manifestadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada, nomeadamente pela insuficiência dos serviços que ali são prestados, no âmbito da unidade de saúde. Indica ainda que é do conhecimento de todos que, a população do Concelho de Alijó é de quinze mil pessoas, números redondos, os atendimentos feitos em todas as extensões de saúde, incluindo Serviço de Urgência do Hospital, no ano de 2005, foi de setenta e quatro mil pessoas, o que quer dizer que se todas as pessoas frequentassem equitativamente os serviços de saúde, cada pessoa tinha tido direito a cinco consultas por ano. Assim, de dois em dois meses, uma pessoa tinha ido ao médico e sabe que apenas cerca de quarenta a quarenta e cinco por cento dos cidadãos do Concelho de Alijó, são utilizadores do Centro de Saúde. Esclarece ainda que são utilizadores do Centro de Saúde, não que seja defensor de quem paga ou não, pois o espírito do Partido Socialista não é necessariamente esse, é uma vertente mais social e não tanto privatizações dos serviços, no entanto é verdade que a maioria dos utentes do concelho são isentos pela idade, por serem dadores de sangue, ou porque são diabéticos, hipertensos, com doenças crónica do tipo cardio – respiratório, por ventura os Bombeiros são isentos por todo um conjunto de circunstâncias e naturalmente não pagam. Ao não pagarem, recorrem com mais facilidade aos serviços de saúde. Informa ainda que são apenas dez médicos, sete Portugueses e três Espanhóis e cada um tem ou pode ter ou deve ter no seu ficheiro, não mais que mil e quinhentos utentes, em três extensões de saúde deste Concelho, Alijó Pinhão e Sanfins do

Douro. Há mais de mil e quinhentos utentes que têm direito a ter dois médicos, não a tempo inteiro. Haverá um a tempo inteiro, neste caso de Alijó tem dois a tempo inteiro porque tem mais de três mil utentes, mas no caso do Pinhão, tem um a tempo inteiro, a Dra. Isabel e ele próprio a meio tempo. Está em Sanfins do Douro o Dr. Miguel a tempo inteiro e mais outro a meio tempo. Estão mais dois médicos no Serviço de Urgência das 08 às 20 horas, sobrando assim treze extensões de saúde: Pinhão, Favaios, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada, Balsa, Populo, Pegarinhos, Santa Eugénia, Carlão, S. Mamede Ribatua, Alijó, Castedo e Chã. Se há treze extensões de saúde, por ventura algumas delas com razão de ser, é uma pergunta que fica: “Há força política ou institucional para encerrar algumas delas e congregar todas numa só, criando uma rede de transportes capaz de transportar os doentes?” Questiona ainda quem abdica do seu Centro de Saúde, ainda que a funcionar mal para fortalecer outro que possa ter um médico todos os dias a tempo inteiro para poder facultar um serviço efectivo com enfermeiro, com administrativo, com um quadro naturalmente mais completo e mais capaz de prestar um melhor serviço. O médico que vai uma vez a Pegarinhos e toda a gente está descontente, vai uma vez a Santa Eugénia e toda a gente está descontente e assim sucessivamente. O mesmo se passa em Vilar de Maçada tal como referiu o Sr. Deputado Mário André, que o médico esteve presente treze vezes em seis meses, o que é para si uma surpresa absoluta e total, porque tal não podia acontecer, a não ser que o médico tenha metido férias. Indica ainda que não está por dentro deste quadro e os números indicados são para si uma surpresa e sendo apenas um elemento, não o director do Centro de Saúde, não está em condições de poder responder às preocupações do Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada. No entanto este é um processo que merece a atenção de todos, não só da Assembleia Municipal e das preocupações gerais porque aquilo que o Sr. Deputado Mário André acabou de transmitir se estende à grande parte ou a uma significativa parte do Concelho, onde os Srs. Presidentes de Junta, todos ou aqueles de uma forma geral estão envolvidos. Os mil e quinhentos utentes que cada médico tem a obrigação de poder tratar, apanham por exemplo seiscentos ou setecentos em Pegarinhos, mais quinhentos ou seiscentos em Santa Eugénia e assim sucessivamente. O Concelho é muito disperso, o que para fazer face a todas as extensões, com este número de médicos, porque os números do Ministério da Saúde são feitos, se a população de Alijó

são quinze mil pessoas, dez médicos, mil e quinhentos utentes para cada um. Mas, desconhecem na realidade o espaço geográfico, que é preciso ir de um lado ao outro do Concelho, são 50 km, tornando as coisas menos fáceis, para andar de uma lado para o outro. Indica ainda que muitas vezes é complicado gerir, do ponto de vista pessoal, dando o seu exemplo que, se trabalhar de manhã em S. Mamede de Ribatua, até 13 horas, tem que estar às 14 horas no Pinhão, mas demora 25 ou 30 minutos a chegar ao Pinhão. Se aparecerem dois ou três excedentários depois da hora, demora mais dez ou quinze minutos. O Director a quem já se referiu sobre esta matéria, diz “Mas tu tens direito a uma hora e trinta minutos para almoçar, se não chegas às duas horas, é às três horas e trinta minutos”, no entanto continua a ter vinte ou trinta pessoas para atender, saindo de lá às vinte horas, mas o funcionário sai às dezassete horas e trinta minutos. Indica ainda que os interessados podem conversar, falar com o Director do Centro de Saúde, no sentido de ele poder eventualmente reestruturar aquilo que for reestruturável e o mesmo poder tomar alguma posição sobre esta situação. No que diz respeito ao encerramento do Serviço de Urgência, indica que é uma situação que tem vindo a ser muito ventilada, mas até ao momento, do ponto de vista oficial, nada foi informado, não têm conhecimento, muito embora este assunto se fale com alguma assiduidade e recentemente saiu no Jornal que, todos os Serviços de Urgência dos Centros de Saúde iriam fechar incluindo Vila Pouca de Aguiar, localidade com uma expressão grande e uma zona com da Estrada Nacional n.º 2, com muito significado e que no Distrito de Vila Real, em termos de Serviço de Urgência) iria ficar apenas aberto Vila Real, Chaves e Montalegre, fechando Régua e Vila Pouca de Aguiar. Questiona se, teoricamente Alijó fechará às 20 horas, às 22 horas ou às 00 horas, pois ninguém tem conhecimento oficial desta matéria. Indica ainda que o Serviço de Urgência no Hospital tem muito interesse e a parte da Misericórdia tem uma voz importante sobre esta matéria, porque o edifício lhe pertence, está a ser reconstruída a unidade hospitalar ali existente. Indica ainda que lhe custa a acreditar que o mesmo esteja a ser reconstruído para fechar, a nível de serviços médicos, enfermagem, etc., no entanto não ficaria surpreendido pois há cerca de dois meses foi construído um Hospital – Centro de Saúde com internamento, na Mealhada, foi inaugurado e dois meses depois fecharam-no. Indica que fica um pouco apreensivo relativamente a isto. Refere ainda que tudo o que se está a fazer a nível de saúde e ao encerramento dos Centros de Saúde tem a ver

apenas e só com os custos porque a media de atendimentos desde as 08 horas até à meia noite, no Centro de Saúde de Alijó, anda na casa dos 70 a 75, perfazendo uma média global de três pessoas. Indica ainda que estas três pessoas, no Verão podem significar trinta, mas no Inverno não há ninguém, algumas das vezes porque o tempo é difícil, os acessos não são fáceis e as pessoas recolhem um pouco mais. Refere ainda que da meia noite às 08 horas está presente um médico, um enfermeiro, um administrativo ou segurança e um auxiliar de apoio. Tudo isto tem os seus custos, que embora não saiba exactamente os valores, supões que ronde os cento e vinte ou cento e trinta contos, para atender em média três pessoas, ficando cada consulta a quarenta contos cada. Esta é a realidade do Centro de Saúde e dos SAP's desta dimensão como o de Alijó. O Ministro ao ser confrontado com estes números, poderá indicar que o mesmo tem que fechar. Esclarece que se vai fechar ou não, não sabe, mas é provável que haja entendimentos, logo que o Governo não tenha grandes encargos. Indica ainda que haverá esta possibilidade e que o Sr. Presidente da Câmara, segundo o que depreendeu das suas palavras, de poder discutir esta questão em parceria. Esclarece que quando refere parceria, são aqueles que são mesmo parceiros, porque por vezes há parceiros que colaboram mas não entram. Esta é a parte negativa da questão, porque gostam de parceiros que participem e entrem. Há ainda uns que são mais parceiros que outros e normalmente quem faz é a Câmara e os outros gostam de ser parceiros só de assinatura. Indica ainda que esta situação pode ter solução sem encargos para o Ministério, logo que todos, desde os médicos, enfermeiros, auxiliares, seguranças e administrativos, possam estar todos em colaboração. No entanto estes podem ou não, estar interessados. Se os valores apresentados até então são de por quinhentos ou seiscentos euros e passarem para quatrocentos, ou ainda menos e eventualmente a Câmara Municipal participar com trinta ou quarenta por cento, a Santa casa da Misericórdia com mais trinta ou quarenta por cento e ainda mais vinte ou trinta por cento por parte de quem está a trabalhar, o Serviço de Urgência poderá ficar a funcionar toda a noite. Indica que este é um desafio que deixa para que todos possam pensar e eventualmente colaborarem, de forma determinada e activa. Apela ao poder de síntese dos Srs. Deputados e abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: --

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Agradece os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Prof. Adérito Figueira, acerca do assunto em epígrafe. Dirige-se ao

Sr. Presidente dos Bombeiros Voluntários de Alijó, dizendo que a Presidente da Junta de Freguesia do Populo, esteve no local, no dia do incêndio, simplesmente não se encontraram porque não tinham qualquer encontro marcado. Esteve presente no local logo que foi possível. Esclarece que não disse que as tais informações eram verdadeiras, simplesmente perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se eventualmente aquelas informações seriam ou não verdadeiras. Repete que, a serem verdadeiras, não retira uma vírgula daquilo que disse e acrescenta que “indigna”, não é a Presidente da Junta de Freguesia do Populo. Tais afirmações foram transmitidas pelas populações e foram ainda ditas na comunicação social pelos locais quando andavam a apagar o incêndio. Acredita que as mesmas não sejam verdadeiras, mas se forem, não é indigna. Indigno é o Sr. Presidente dos Bombeiros Voluntários de Alijó. Se houve falha de coordenação ou se abandonaram o local quando deviam lá estar ou se se baldaram ou se não fizeram o trabalho básico, considera indigno um Bombeiro e um comandante de um Bombeiro que vê um incêndio e o abandona. Refere uma vez mais que apenas perguntou se era verdade o que foi dito na comunicação social e lhe foi transmitido a si. -----

-----**DEPUTADO HUMBERTO BARBOSA:** inicia a sua intervenção afirmando que não retira uma vírgula do que disse, relativamente à intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Populo, no que concerne aos Bombeiros de Alijó ou do Concelho e respectivo uso da Taxa Moderadora. Os Bombeiros são cidadãos do Concelho. Tal como referiu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quem mais procura o Centro de Saúde, são as pessoas idosas e os Bombeiros Voluntários de Alijó são jovens entre os dezoito e os trinta anos. Dirige-se à Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Populo dizendo que esteja descansada pois os Bombeiros não frequentam muito o Centro de Saúde, porque ainda são jovens. Relativamente ao incêndio, esclarece que não é operacional, é administrativo mas tem o cuidado de, quando vê os seus homens, as pessoas da sua corporação e do Concelho, ir em socorro deles e dar-lhes algum apoio. Indica que viu no local muitas pessoas de Vale de Cunho, “de chinelo no dedo e depois se calhar à noite foram para o telefone comunicar à Sra. Presidente da Junta”. Termina afirmando que, o que o mais revoltou foi a mesma acusar os Bombeiros pelo uso da Taxa Moderadora. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Afirma que embora tenha registado os números referidos pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, continua a afirmar que todos têm direito à saúde, porque independentemente do Sr. Ministro fazer contas ou não, a realidade do Concelho de Alijó, não tem nada a ver com Lisboa, Porto ou Coimbra. Esclarece que pretende ainda registar a intervenção do Sr. Vice – Presidente da Câmara, no que concerne à colocação dos contentores. Entende que esta medida é de carácter altamente positivo par ver se erradicam de vez os “monstros”. Pretende ser esclarecido se os referidos contentores poderão receber não apenas os “monstros” mas também entulhos. -----

-----**DEPUTADO CARLOS MAGALHÃES:** A sua intervenção é para em seu nome pessoal, em nome da enfermeira Amélia Baptista e do Dr. Aníbal Ferreira, apresentar um relatório daquilo que foi a participação destes na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, tal como se comprometeram quando foram eleitos pela Assembleia Municipal. O relatório apresentado tem apenas uma página, por uma questão de serem processos confidenciais e não poderem entrar no pormenor dos processos. Todavia expressa que no ano de 2006 foram acompanhados vinte processos, sendo que das problemáticas principais, a negligência, a responsabilização parental, a desestruturação familiar, a falta de cuidados de saúde, a falta de cuidados de alimentação, a falta de cuidados a nível de higiene pessoal e habitacional, há também uma outra problemática que é o insucesso e abandono escolar e outra uma outra problemática, a mais abordada nestes processos, a carência económica. Em termos de medidas de promoção e protecção, estes verificaram-se a três níveis: apoio junto à família, apoio junto de outro familiar e apoio junto de instituições. No que respeita ao apoio junto da família, a maior parte dos processos estão a ser acompanhados no seio da própria família, com recurso a agentes de desenvolvimento local (Segurança Social, Câmara Municipal, Centro de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social, e a partir de Outubro de 2006 encaminhamento para o Projecto “Novos Rumos”, do Programa PROGRIDE, medida 2); outra medida de promoção e protecção, foi o apoio junto de outro familiar com recurso a pessoas de família alargada, que garantem uma adequada prestação de cuidados à criança ou jovem; uma terceira medida é o apoio junto de Instituições designadamente o encaminhamento para Centros de Acolhimento Temporário, instituições de ensino mais especializado. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM GRÁCIO:** Pretende demonstrar a sua solidariedade ao Deputado Humberto, também na qualidade de Vice – Presidente dos Bombeiros de Sanfins do Douro. Expressa que, embora reconhecendo que aqui e ali se possam manifestar algumas faltas relativamente à formação que os Bombeiros não têm, mas não podem sequer questionar abnegação e dedicação dos Bombeiros, no terreno. Lembra ainda que a este propósito, já morreram Bombeiros do Concelho de Alijó, em combate a incêndios e também em função do trabalho que desempenham no terreno, há Bombeiros do Concelho que já receberam o prémio nacional de Bombeiros, exactamente pela dedicação, empenho e coragem demonstrada em combate aos sinistros. Refere que está completamente de acordo com o Sr. Deputado Humberto, que os Bombeiros têm falhas, não têm formação, no entanto a dedicação e o empenho, são atributos que ninguém lhes pode tirar. -

-----**DEPUTADO RAÚL CORREIA:** Felicita o Sr. Deputado António Fernandes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e na sua vida profissional que a seu ver, tem todo o mérito. Pretende demonstrar o seu descontentamento ao Sr. Presidente da Câmara, na qualidade de responsável pela Freguesia da Ribalonga. Indica que o S. Presidente da Junta de Freguesia acusa de não ter luz nem casas de banho no polivalente da sua Freguesia, no entanto foi prometido um polivalente para a sua Freguesia, antes das eleições e ainda estão à espera do mesmo. Faz ainda alusão ao facto da Freguesia de Carlão possuir dois polivalentes, um em Carlão e outro no Franzilhal. Indica ainda que a sua Freguesia tem falta de pontos de luz, nomeadamente na Rapadoura, apenas existem três lâmpadas a funcionar, encontrando-se as restantes fundidas. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO TAVEIRA:** Inicia a sua intervenção dizendo que como cidadão e elemento dos corpos gerentes dos Bombeiros de S. Mamede de Ribatua, pensa que as afirmações da Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Populo, são graves. Os bombeiros têm falhas no terreno, ao nível da organização ao combate aos incêndios. Lembra que este ano, um dos maiores incêndios foi na Freguesia de S. Mamede de Ribatua, onde esteve presente vinte e quatro horas, pois não aparece só quando há televisão ou incêndios. Indica que os Bombeiros têm culpa, no entanto também têm culpa os proprietários que não limpam os montes. Refere que as Autarquias, o que é comum em todo o País e a nível do Governo, só aparecem quando há incêndios, pois em Janeiro ou Fevereiro não vê ninguém preocupar-se com incêndios. Questiona “Será que nós não temos tanto ou

mais culpa que os Bombeiros?” No que concerne à estrada entre S. Mamede e Safres indica que foi uma grande obra terem arranjado a mesma, até talvez seja a maior feita nos últimos anos na Freguesia de S. Mamede de Ribatua, no entanto comunga das preocupações do Sr. Presidente da Junta do Amieiro. Tem conhecimento que a obra ainda não se encontra acabada, no entanto no estado em que se encontra, torna-se perigosa para quem transita pois está a degradar-se de dia para dia se as valetas e outras obras não forem feitas rapidamente. -----

-----**DEPUTADO BRUNO PINTO:** Solicita esclarecimento sobre as obras que estão a decorrer em Cheires, que vão desde a Variante à Portela, pois estão praticamente paradas há cerca de um ano e pretende saber para quando a conclusão das mesmas. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Relativamente à justificação do Sr. Presidente da Câmara, no que concerne ao Aeródromo, indica que acredita e se lembra das afirmações que fez na última Assembleia Municipal. Indica ainda que por acreditar no Sr. Presidente da Câmara e nas promessas que o mesmo fez, se sente na obrigação de o alertar para esta situação, porque tem conhecimento que a Engenharia Militar não vem tão rapidamente. Lembra que no Mandato anterior também o passaram sempre a falar do Aeródromo e não pretende que o mesmo se torne “num elefante branco deste Concelho”. Refere ainda que acredita nas pistas de 1500 metros e 3000m pois considera-se um homem de trabalho e sabe que “é com trabalho que se faz o caminho”. Tem ainda conhecimento que falam há muito tempo que a pista de 1500 metros será para arrancar brevemente. No que concerne à Sra. Vereadora da Acção Social e Educação e Solidariedade, indica que o tratou tão bem, que se sente na obrigação de a tratar muito bem, como sempre tenta fazer. Reconhece que é verdadeiro o historial que a mesma fez, mas a Freguesia vai ter aulas de inglês, só tem duas salas, uma para o Jardim de Infância e outra para as crianças de Vila Chã, Chã e Carvalho, cerca de 18 crianças, vindo ainda as crianças da Ribalonga para frequentar. Pretende que a Sra. Vereadora o informe onde as vai colocar. Indica que a Sra. Vereadora apelou ao Presidente da Junta, ao Deputado no entanto esqueceu-se de apelar ainda ao Fernandes, que sempre foi sensível. Relativamente ao dinheiro das crianças, informa que nunca ninguém se queixou em circunstâncias normais de que não desse o dinheiro às crianças, antes pelo contrário, pois sempre deu mais, organizando e contribuindo para a realização de uma festa no Natal. Indica que “foi encostado à

parede” quando lhe disseram que não assinando o protocolo, “não podia ir um tostão” para a Junta de Freguesia de Vila Chã. No que concerne à questão dos contentores, indica que ficou contente por existirem *démarches* e gostaria de alertar porque talvez por esquecimento, o Sr. Vereador não frisou como ia resolver o problema dos vazadouros. Finaliza afirmando que se encontra disponível para na sua Freguesia encontrarem uma solução para os referidos vazadouros. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** No que concerne à estrada entre S. Mamede Ribatua e Amieiro, concretamente o tapete novo até Safres, indica que o Sr. Presidente afirmou que seria fácil fazer o tracejado, esperando que o mande fazer rapidamente pois aproxima-se o Inverno. Relativamente ao raills, indica que se juntarem aos metros que queriam adjudicar à empresa, aos metros que pretendem colocar entre o Amieiro e S. Mamede Ribatua, talvez a referida empresa já poderá ter algum interesse em fazer o serviço. No entanto sugere que a Câmara Municipal os pudesse colocar. -----

-----**DEPUTADO FRANCISCO MÁXIMINO:** Informa que no artigo 24º do Regimento da Assembleia Municipal, indica que não existe segunda volta de inscrições para quem não se inscreveu na primeira. -----

-----**DEPUTADA M.ª JESUS ELIAS:** Indica que apenas pretende que todos saibam a sua forma de estar na vida e como presidente da Junta de Freguesia. Esclarece que nunca a incomodou o que têm as outras Freguesias e muitas vezes nem sabe o que elas possuem. Indica ainda que é de muito mau gosto, fazer um pedido para a Junta de Freguesia da Ribalonga, usando a Freguesia de Carlão, apenas porque Carlão tem. Entende que a intervenção do Sr. Deputado é de muito mau gosto e não o devia ter feito. Indica ainda que Franzilhal foi posto em causa, no entanto pode ter tantas ou mais pessoas que Ribalonga, inclusive mais juventude. Finaliza dizendo que se pediu o polivalente para Franzilhal foi por algum motivo e o mesmo está a ser usado, para quem pretender verificar. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** introduz *Ponto Um da Ordem de Trabalhos*. **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e

sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Junho (segunda quinzena), Julho, Agosto e início de Setembro. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Até meados do mês de Setembro do corrente ano, a Câmara Municipal de Alijó, tinha em dívida, sensivelmente €3.700.000,00. Se é verdade que a dívida aumentou, também é verdade que tem a sua natureza em investimento, que sob a forma de empreitada ou fornecimentos de imobilizado corresponde a, aproximadamente, 79%. Da diferença, importa ainda, o investimento realizado pela Câmara Municipal sob a forma de administração directa. Como vem sendo hábito, no final do passado mês de Agosto, esta Câmara tinha liquidado todas as facturas de fornecedores do concelho, até então, e aos restantes as facturas com data de emissão até 31 de Dezembro do ano transacto. Ao nível dos empreiteiros, os pagamentos são realizados de forma contínua, obedecendo ao plano estipulado. Exceptuam-se os pagamentos de facturas de obras financiadas que, apesar de não existir qualquer recurso a capitais alheios são pagas dentro dos limites legais estabelecidos por lei. Tem-se verificado um enorme recurso ao *factoring* por parte de fornecedores e empreiteiros, mais destes últimos. No entanto, em nada se alteram as condições contratuais ou obrigações, uma vez que as facturas são vendidas antes de serem entregues a esta câmara. Apenas se toma conhecimento de que o titular do crédito foi alterado. Os empréstimos, anteriormente contratados, continuam a ser pagos de acordo com as cláusulas contratuais, tanto ao nível das amortizações como dos juros. Está em curso a contratação de um empréstimo bancário, para saneamento financeiro, ou seja, para liquidar dívida vencida. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:**

a – Actividade cultural

Biblioteca Municipal:

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Junho (a partir do dia 19)	15	98	6

Julho	7	248	2
Agosto	6	271	-
Setembro (até ao dia 16 inclusive)	1	104	-

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
19 Junho a 14 de Julho	-	136	-

Auditório Municipal

Junho	
Actividade	N.º de espectadores
Hostel	52
Idade do Gelo 2 - Descongelados	121
Tarzan 2 – filme escola do Pinhão	112
Missão Impossível M:I - 3	91
A Sopa Juliana	85

Julho	
Actividade	N.º de espectadores
X-Man: O Confronto Final	80
O Novo Mundo	38

Agosto	
Actividade	N.º de espectadores
O Génio do Mal	52
Carros	104
Os Super Heróis	55
Velocidade Furiosa – Ligação Tóquio	98
Piratas da Caraíbas – Cofre do Homem Morto	107

Setembro	
Actividade	N.º de espectadores
Assombrados – Uma História Americana	43
Separados de Fresco	91
Uma cama para Sete	140

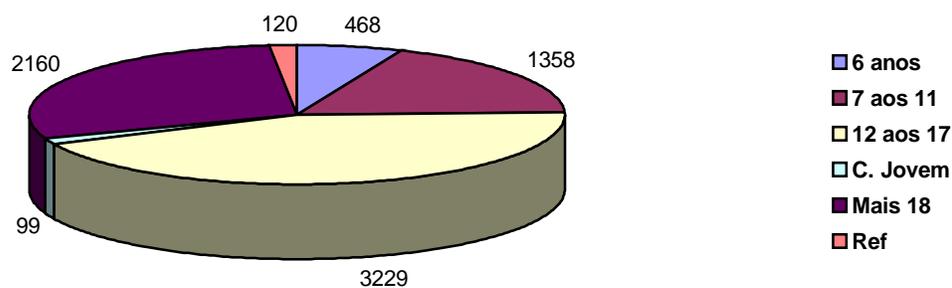
Espaço Internet: Julho: 2073 utilizadores, Média de idades: 20; Agosto: 2258 utilizadores, Média de idades: 21; Setembro: 1367 utilizadores * Média de idades: 21 (* até 18 de Setembro) Formação: Mini cursos de informática para adultos: 14 alunos; Net kids – informática para os mais novos: 16 alunos. b – Actividade desportiva; Actividades de carácter contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos) que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. “Actividades aquáticas para Idosos”. São enquadradas semanalmente por professores com formação específica, em trabalho com idosos e populações especiais. Este projecto a funcionar com um Centro de Dia do Concelho pretende-se num futuro

próximo ser alargado a todos os Centros de Dia interessados. Boccia para a Idade Avançada – Apoio técnico aos Centros que dia que mantém esta modalidade como forma de ocupação e manter a actividade dos seus idosos. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva que proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportivo. Esta actividade a funcionar todos os sábados de manhã é enquadrado por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de patinagem – Esta actividade possibilita que os alunos da EFDM e outros tenham uma continuidade da prática da patinagem e posteriormente evoluir para um clube da modalidade. Esta actividade é uma parceria da Associação de Patinagem do Porto e Câmara Municipal de Alijó. Actividades Pontuais: Dias 20, 21, 22 e 23 de Junho – “Alijovem sem Barreiras”; Dia 24 de Junho – Encontro de Escolas de Natação – Alijó. Esta actividade contou com a presença de cerca de 200 atletas de vários clubes do Distrito de Vila Real.

-Piscinas Municipais

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

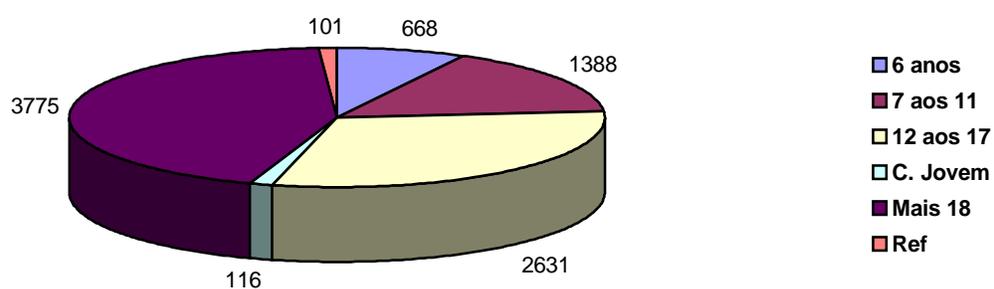
Julho 2006



Faixa Etária	Nº de Entradas
Até 6 anos	468
7 aos 11 anos	1358
12 aos 17 anos	3229

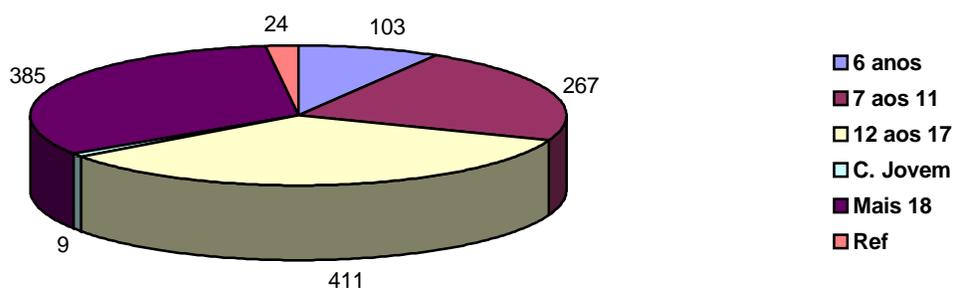
Cartão Jovem	99
Maiores de 18 anos	2160
Reformados	120
TOTAL	7434 Entradas

Agosto 2006



Faixa Etária	Nº de Entradas
Até 6 anos	668
7 aos 11 anos	1388
12 aos 17 anos	2631
Cartão Jovem	116
Maiores de 18 anos	3775
Reformados	101
TOTAL	8679 Entradas

Setembro 2006



Faixa Etária	Nº de Entradas
Até 6 anos	103
7 aos 11 anos	267
12 aos 17 anos	411
Cartão Jovem	9
Maiores de 18 anos	385
Reformados	24
TOTAL	1199 Entradas

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvidos diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. Uma das actividades mais procuradas nos GAC continua a ser a pesquisa e navegação na Internet, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	Junho	Julho	Agosto

Carlão	480	530	380
Pinhão	393	462	564
Sanfins do Douro	441	543	386
Vilar de Maçada	746	889	485

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Junho: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de seis portugueses, cinco ingleses, dois belgas, dois alemães, um francês, dois suecos e um brasileiro; * Prestação de informação turística documental a entidades várias.* Continuação do Curso de Pintura a Óleo. * Continuação do Estágio de 6 formandos do Curso da Rota do Azeite. Julho: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta e oito portugueses, quatro ingleses, dois belgas, dois alemães, vinte e quatro franceses, dois brasileiros, sete espanhóis, dois dinamarqueses, dois holandeses, quatro noruegueses, dois húngaros, dois croatas, quatro canadianos, dois luxemburgueses e sete emigrantes; * Prestação de informação turística documental a entidades várias; * 06.07.06 - Organização e acolhimento do Festival Internacional de Folclore - “ O Cantaréu” * 29.07.06 - Acolhimento dos ciclistas do Passeio de Cicloturismo promovido pela Federação Nacional de Ciclismo * Continuação do Curso de Pintura a Óleo; * 15 de Maio - Início do Estágio de 6 formandos do Curso da Rota do Azeite. Agosto: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de setenta e oito portugueses, oito ingleses, dois alemães, vinte e sete franceses, quatro brasileiros, treze espanhóis, nove italianos, dois marroquinos, um checoslovaco, dezoito emigrantes. * Prestação de informação turística documental a entidades várias. * Continuação do Curso de Pintura a Óleo. * Finalização do Estágio de 6 formandos do Curso da Rota do Azeite. Setembro: * Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço até à data de 18.09.06. de cinquenta portugueses, dezanove ingleses, dois alemães, onze franceses, quatro brasileiros, dois dinamarqueses, dois suecos, dois eslovenos, dois suíços e um emigrante. * Prestação de informação turística documental a entidades várias. * 09.09.06 - Preparação do Stand da Câmara Municipal de Alijó no “Festival de Gastronomia Europeu”, Promovido pela Associação Comercial de Mirandela. * Continuação do Curso de Pintura a Óleo. **c – Obras e Intervenções Municipais** * Colocação de contadores e ramais de água, reparação de rupturas de água e cortes de água clandestina; * Corte de mato e limpeza de valetas de diversas estradas; * Calçetamento de passeios e ruas em diversas localidades do concelho; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; * Limpeza de fossas e redes de saneamento; * Reparação de

diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; * Desentupir saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de lixeiras; * Colocação de bóia na barragem; * Colocação de tubos em PVC 0.75 em condutas danificadas; * Remoção de entulho; * Distribuição de leite escolar pelo Agrupamento de Alijó; * Abertura de vala para depósito de água; * Montagem e desmontagem de palcos; * Colocação de tampas de saneamento; * Colocação de projectores; * Pintura de estradas; * Limpeza e arranjo de sepulturas; * Reparação de caminhos rurais; * Limpeza de sarjetas; * Arranjo de vários pavimentos no concelho; * Polimento e aplicação de verniz no palco da Casa da Cultura de Carvalho; * Trabalhos vários no Campo de Futebol; * Limpeza de ruas e cemitérios; * Pintura do edifício da Câmara Municipal; * Arranjo de rotundas em Alijó; * Limpeza de jardins; * Pintura de passadeiras em Sanfins do Douro; * Demolição de uma casa em ruínas em Vilar de Maçada; * Construção de uma rampa para deficientes junto à Capela de Favaio; * Pintura de paredes no Auditório Municipal; * Colocação de repuxos e bomba de água no lago de Vilar de Maçada; * Pintura da capela e outros trabalhos na Nossa Senhora da Cunha; * Colocação de boca de incêndio em Sanfins do Douro; * Trabalhos vários relacionados com os Jogos sem Barreiras. - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** * Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Recuperação da Cobertura na Escola do Castedo); * Obras nas Escolas de Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Carlão (Sanfins do Douro); * Edifícios Escolares, Conservação e Reparação (Escola de Favaio); * Tratamento de Águas Residuais em Alijó - 1ª Fase - Povoação de Carlão; * Tratamento de Águas Residuais em Alijó - 2ª Fase - Povoação de Santa Eugénia; * Construção da Variante Favaio de Favaio/Nascente; * Construção do Cais Turístico do Pinhão e Recuperação da Margem esquerda do Rio Pinhão; * Obras nas Escolas de Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Carlão (Vilar de Maçada); * Impermeabilização da Piscina Exterior; * Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Pavimentações diversas em Santa Eugénia); * Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Pavimentações diversas em Carlão); * Estádio Delfim Magalhães - Requalificação e Arrelvamento Sintético do campo de futebol; * Remodelação de Redes de Iluminação Pública no Concelho de Alijó. **d – Acção Social, educação e saúde pública** a – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Internamento de crianças em risco em instituições de acolhimento; Início do Projecto "NOVOS RUMOS" – Candidatura ao Programa Progrida - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó. Este projecto: - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes;- a funcionar em instalações da Santa Casa da Misericórdia de Alijó, no Largo de Santo António, 1º Esq. 5070 – 023 Alijó, telef: 259 950020; Apoio a Idosos e Deficiente - Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas Técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de os

necessitar são devolvidos a Autarquia para serem emprestados a outros idosos. Assim, procedeu-se a:- atribuição de um colchão anti-escaras (1 Casal de Loivos). Até ao momento encontram-se emprestadas 19 camas hospitalares, no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde e Vilar de Maçada, S. Mamede, Pegarinhos); - Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; - Atribuição de duas cadeiras de rodas a um idoso (Vilar de Maçada, Pegarinhos). Até ao momento encontram-se emprestadas 17 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Favaios, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada, Vilarinho de Cotas). Apoio à Habitação - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (três situações na Ribalonga)- Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Análise das candidaturas do concurso para ocupação de um fogo que vagou no Conjunto Habitacional de Alijó - Programa “SOLARH”: N.º de processos concluídos – 13; N.º de processos entrados – 0; N.º de processos aprovados – 4; N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 3; N.º de processos a aguardar aprovação – 1N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 0; N.º de desistências – 0; Apoio na Saúde- Integração socioprofissional de toxicodependentes - Programa Vida –Emprego Neste momento, estão em acompanhamento: Estágio Profissional de Integração Sócio - Profissional – 2, Processos em preparação – 4, Medida “Apoio ao Emprego” – 4, Processos cancelados – 0, Processo concluído a aguardar resposta para integração – 0, Processo concluído com integração plena – 3, Processo concluído sem integração – 1, Apoio Acção Social escolar. Apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real; b - Educação: * Organização do mapa de transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade e tendo em conta o transporte de alunos do 1º CEB provenientes das escolas que encerraram em virtude do reordenamento da rede escolar;* Aprovação da candidatura ao Programa de Enriquecimento Curricular. Deste modo, os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico terão acesso a várias actividades: Música, Actividade Física e Desportiva, Inglês (3º e 4º anos de escolaridade) e Expressões (1º e 2º anos de escolaridade); * Conclusão das obras do Jardim-de-infância de Alijó; * Início das obras de beneficiação na Escola 1º CEB de Sanfins do Douro; * Abertura de concurso para obras de beneficiação nas Escolas 1º CEB de Vilar de Maçada, Favaios e Vila Chã; * Concurso para instalação de material informático com ligação à Internet em cada sala de aula do 1º Ciclo do Ensino Básico (32 computadores e 32 impressoras para distribuir por todas as Escolas 1º CEB do concelho); * Distribuição de leite escolar pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; * Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; * Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); * Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal com vigilante); * Pagamento das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia para limpeza e material de desgaste das Escolas do 1º Ciclo do

Ensino Básico e Jardins-de-infância (com excepção das JF de Vila Chã e Vila Verde cujas verbas não foram levantadas); * Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes (EB 1 Alijó, EB 1 Pegarinhos, EB 1 Vila Verde, JI Vilar de Maçada, JI Vilarinho de Cotas); * Desinfestação e limpeza de recintos escolares; * Projecto de Instalação de um coberto no parque de estacionamento dos autocarros; * Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; * Programa de Generalização do Fornecimento de refeições às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico – celebração de protocolo com instituições particulares de solidariedade social do concelho e com os Agrupamentos de Escolas. Para as crianças que almoçam nas cantinas das Escolas EB 2,3 de Alijó e do Pinhão o preço por refeição é de 1,56 € sendo que a Câmara Municipal comparticipa em 0.58 € o Ministério da Educação em 0.58 € e os pais e/ou encarregados de educação terão que pagar 0.40 € Por seu turno, o preço por cada refeição servida pelos Centros Sociais é de 2,50. No caso de alunos deslocados a Câmara Municipal assegura o pagamento de 1,52 € o Ministério da Educação disponibiliza 0.58 € cabendo aos pais e/ou encarregados de educação pagar 0.40 € No caso de se tratarem de alunos residentes nas próprias localidades onde funcionam as Escolas 1º CEB, a comparticipação da Autarquia é de 0.58 € a do Ministério da Educação é de 0.58 € e a dos pais e/ou encarregados de educação é de 1,34 € * Pagamento do almoço das crianças do pré-escolar às entidades que fornecem almoço às crianças do pré-escolar público (crianças dos infantários de Alijó, Granja, Presandães, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Vila Chã, Santa Eugénia e Vilar de Maçada). No caso de alunos do pré-escolar a comparticipação dos pais e/ou encarregados de educação é de 0.40 € cabendo à Câmara o pagamento de 1.16 €(no caso das cantinas escolares) e de 2.10 €(no caso de cantinas de Centros Sociais); * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário (Alijó, Castedo, Favaios, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Ribalonga, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas); * Colocação de pessoal (através do Instituto de Emprego, no âmbito do Programa de Carenciados e de pessoal contratado pela Autarquia) nas Escolas 1º CEB de Alijó, Sanfins do Douro, S. Mamede, Vila Verde e Vila Chã para dar apoio aos alunos provenientes das Escolas que encerraram em virtude do Reordenamento Escolar; * Fornecimento de equipamento imobiliário e material didáctico em alguns Jardins-de-infância públicos e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (Alijó, Granja, Pegarinhos, Presandães, Vilar de Maçada, Santa Eugénia); * Transferência de mobiliário e outros equipamentos em bom estado de Escolas 1º CEB que encerraram para as Escolas 1º CEB integradoras; * Recuperação e arranjo de material informático que estava nas Escolas 1º CEB para os Jardins-de-infância; * Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (cedência de técnicos para acompanhamento de casos, cedência de instalações, cedência de viatura, apoio logístico) * Apoio ao Ensino Recorrente e Extra-Escolar – apoio logístico e material didáctico e de desgaste; c – Saúde Pública: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de

2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 cães em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica; - Prestação de colaboração com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, na área da Inspeção Sanitária de carnes, em matadouros pertencentes à área de jurisdição; - Participação no júri de admissão e classificação de gado no III Concurso Pecuário de Bovinos, integrado na Festa Anual em honra de N^a S^a da Boa Morte, na freguesia do Pópulo; - Colaboração com a Guarda Nacional Republicana, em solicitações relacionadas com problemas de saúde pública:

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Santa Eugénia (Sector Agro-Pecuário)	. GADL; . Agricultor/Produtor.	. Acompanhamento de projecto aprovado de Cozinha Tradicional para produção de fumeiro.	. Reuniões de trabalho com o agricultor.
Concelho de Alijó – Pópulo (Sector Agro-Pecuário) Criação de Porcos da raça Bisara – raça autóctone)	. GADL; . Promotor; . Associação Nacional de Criadores de Suínos da Raça bisara de Vinhais; . Vice-Presidente da Câmara; . Técnicos do Município responsáveis pelo licenciamento de obras particulares;	. Licenciamento de Pocilga Familiar em Regime Complementar, para criação de porcos da raça Bisara em regime semi -extensivo	. Visitas de trabalho de forma a acompanhar a fase final de construção da construção; . Visitas de trabalho, após licenciamento da exploração, para acompanhamento da actividade.

	. Delegado de Saúde.		
Concelho de Alijó – Alijó (Sector Artesanato)	. GADL; . Artesã.	. Acompanhamento de projecto aprovado	. Reunião de trabalho com a artesã.
Concelho de Alijó – St. ^a Eugénia (Sector Comercial)	. GADL; . Promotor; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL).	. Participação do Promotor na formação “Atelier de Ideias” com o objectivo de criação de uma empresa no sector da Saúde.	. Reuniões de trabalho com o promotor, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais promotores).
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Colaborador da CIBIO	. Melhorar a Gestão da ZCMA	. Elaboração e distribuição do Guia do Caçador aos caçadores inscritos na ZCMA, aumentando a informação útil dada ao caçador para esta prática desportiva; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL.	. Melhorar a Gestão da ZCMA	. Levantamento de áreas para repovoamentos de Perdiz Vermelha, com levantamento de pontos de água, áreas de sementeira e áreas existentes de alimentação e refúgio; Foram efectuadas acções de profilaxia “vacinação” no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL e GTF; . Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios; . Comandante Operacional Distrital;	. Operacionalização dos meios de Vigilância, Detecção e Combate aos Incêndios Florestais; . Directiva Operacional Distrital.	. Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

	<ul style="list-style-type: none"> . Presidente do Município de Alijó (Coordenador da C.M.D.F.C.I.); . Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela Protecção Civil do Concelho); . Comandantes das 6 Corporações de Bombeiros do Concelho. 		
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL e GTF; . Técnicos da AFLODOUNORTE; . Representantes da Assembleia de Compartes dos Baldios de Francelos; . Proprietários privados. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sessão de esclarecimento por parte da AFLODOUNORTE sobre o trabalho desenvolvido pela associação, a campanha “Entre a Cinza e o Verde, Você Decide”, medidas preventivas que vigoram durante o período crítico, regularização da situação jurídica dos prédios rústicos e seus benefícios, esclarecimento sobre as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), quais as vantagens da sua formação. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião de trabalho com apoio por parte dos técnicos do Município sobre qualquer assunto relacionado com as ZIF’S, legislação em vigor, medidas a adoptar na defesa da floresta contra incêndios.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Presidente do Município; . Presidentes de Juntas de Freguesia; . Responsável pela empresa DEFLEN. 	<ul style="list-style-type: none"> . Esclarecimentos aos Srs. Presidentes de Junta sobre a proposta apresentada pela empresa DEFLEN para a Central de Biomassa e como obter o material lenhoso. 	<ul style="list-style-type: none"> . Presença na reunião.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; e GTF; . Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela 	<ul style="list-style-type: none"> . Avaliação e Aprovação do Plano Operacional Municipal para 2006; . Análise das novas competências da Comissão Municipal da Defesa da 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

	<p>Protecção Civil do Concelho).</p> <ul style="list-style-type: none"> . Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. 	<p>Floresta Contra Incêndios;</p> <ul style="list-style-type: none"> . Análise da nova legislação em vigor Decreto-Lei 124, de 28 de Junho de 2006. 	
<p>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL e GTF; . Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela Protecção Civil do Concelho). . Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. 	<ul style="list-style-type: none"> . Análise e avaliação de candidatura a uma Brigada de Sapadores Florestais para toda a área florestal do Concelho; . Discussão do procedimento a seguir perante a detecção de situações de risco, segundo o Decreto-Lei 124/2006. 	<ul style="list-style-type: none"> . Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
<p>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL e GTF; . Presidente do Município . Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela Protecção Civil do Concelho). . Guardas Florestais Auxiliares; . Operador da máquina de rastos. 	<ul style="list-style-type: none"> . Avaliação das causas, área ardida, prejuízos do incêndio florestal que teve origem no Concelho de Murça e passou para o Concelho de Alijó na zona de Vale de Cunho. 	<ul style="list-style-type: none"> . Apoio logístico no combate ao incêndio florestal.
<p>Concelho de Alijó (Sector Florestal)</p>	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Instituto Português da Juventude (IPJ). 	<ul style="list-style-type: none"> . Sensibilização da População; . Limpeza e Manutenção de Parques de Merendas e Áreas de Lazer; . Inventariação e Monitorização de áreas ardidas e espécies animais e vegetais em risco; . Sinalização e Manutenção de caminhos florestais e acessos a pontos de água. 	<ul style="list-style-type: none"> . Realização das acções candidatadas e aprovadas pelo IPJ.

Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. Junta de Freguesia de Alijó e do Pópulo; . GADL.	. Avaliação do montante aprovado.	. Conhecimento do valor aprovado para o projecto dos Baldios que a Junta gere, indicação dos passos a seguir depois do projecto aprovado.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL; . Empresa.	. Limpeza de Aglomerados Populacionais (área florestal) conforme candidatura aprovada pelo Fundo Florestal Permanente.	. Acompanhamento das operações silvícolas realizadas pela empresa nos aglomerados populacionais e parque industrial.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	. GADL; . Junta de Freguesia de Sanfins do Douro.	. Conhecimento da área para elaboração de um projecto florestal.	. Levantamento perimetral dos terrenos baldios sob gestão da Junta de Freguesia.

Outras actividades relevantes:

Celebração do Acordo de Colaboração entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Câmara Municipal de Alijó no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades. Alijó, 18 de Setembro de 2006, O Presidente da Câmara: José Artur Fontes Cascarejo, Dr. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente às questões relacionadas com os Bombeiros, indica que não tem nada a acrescentar ao que afirmou na sua primeira intervenção. No que diz respeito às questões sobre obras, está presente o Sr. Vice – Presidente responsável pelas obras e dá a palavra ao mesmo para que possa responder em pormenor. Dirige-se ao Sr. Deputado António Fernandes, relativamente ao protocolo, afirmando que este tem todo o direito em não concordar com alguma das clausulas do protocolo e esclarece que sempre indicou que podem alterar as clausulas que pretenderem, assim como assinar apenas uma clausula sobre determinada verba. Reafirma que, de acordo com o que tinham estabelecido no Plano Plurianual de Investimentos, não podia transferir qualquer quantia, ao abrigo do protocolo, sem o mesmo assinado. Informa que há pouco tempo teve uma conversa com o Sr. Deputado e Presidente de Junta, o qual levou o protocolo

original para fazer as alterações que entender e o assinar até ao final do ano. No entanto se o mesmo não for assinado, não pode transferir a respectiva verba, pois é uma impossibilidade legal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vereador Adérito Figueira: -----

-----**VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA:** Inicia dizendo que “o mundo não é perfeito” e ainda se recorda quando era Deputado da Assembleia Municipal, no tempo do Dr. Aníbal Ferreira, era missão dos Deputados do Partido Socialista “darem porrada na Câmara da altura e hoje é ao contrário”. Relativamente à iluminação dos polivalentes, indica que já está entregue e alguns já deviam estar ligados, mas a aprovação por parte da CERTIEL, de qualquer instalação eléctrica, é muito complicada, em termos de tempo. Nesta situação está o polivalente da Chã, Pegarinhos e Carlão. Indica que o assunto está a ser tratado e assim que a fase burocrática seja ultrapassada, serão ligados. Relativamente às lâmpadas fundidas, informa que têm tido uma guerra tremenda com a EDP, ligando semanalmente ao engenheiro responsável, o qual prometeu que a partir da próxima semana irá dar volta ao Concelho por causa das lâmpadas fundidas. Lembra que inicialmente havia empreiteiros que faziam este tipo de trabalho, mas há cerca de um ano, é novamente a EDP que o executa, com excepção da Sede do Concelho. Relativamente à obra em Cheires esclarece que esta não para há cerca de um ano, pois esta apenas parou em finais de Julho, porque o empreiteiro entrou de férias, retomando-a em Setembro. Tal não aconteceu porque teve várias reclamações, nomeadamente do Sr. Luís Sampaio por causa das vindimas. Desta forma foram canceladas até ao final das vindimas. Indica ainda que as mesmas não estão completamente paradas porque andam no local a fazer muros. Relativamente ao Aeródromo da Chã, informa que esta é uma obra complicada, não apenas nos custos mas na sua execução, pois este tipo de obras têm que ser verificadas algumas vertentes tal como segurança aérea ou segurança terrestre e não existem em Portugal, muitos gabinetes disponíveis que trabalhem nestas áreas. Informa que está em elaboração o projecto de pavimentação da pista de 1300 metros. No que concerne à Engenharia Militar esclarece que esta nada tem a ver com a pista. A Engenharia Militar foi solicitada para ir ao local apenas fazer limpezas nas duas pistas. Relativamente aos vazadouros, indica que têm que criar, juntamente com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, locais próprios em cada Freguesia. Esclarece que os aterros sanitários, tal como existe em Boticas, não recebem este tipo de lixo, pois

são lixos naturais, que não poluem e só perturbam o aspecto visual. Relativamente à estrada entre S. Mamede e o Amieiro, indica que já tinha conhecimento da situação, contudo ainda não podem colocar os railles nesta fase, porque as valetas e as bermas ainda não estão prontas. Tal como já tinha referido o Sr. Presidente da Câmara, não conseguiu que nenhuma empresa viesse colocar quatrocentos ou quinhentos metros de railles, em situações bem desagradáveis, tal como se pode verificar à entrada de Sanfins do Douro onde se registou um acidente e os railles estão danificados. Estas são situações que pretende ver resolvidas, pois a empresa solicitada prometeu que viria na semana seguinte, no entanto já passou meio ano e não apareceram. Informa ainda que soube mais tarde que não vinham porque não era uma obra compensatória para se poderem deslocar. Esclarece ainda que os railles não podem colocados pela Câmara Municipal pois exigem um equipamento próprio para os dobrar, para espetar na terra os pendurais que suportam os railles, assim como pessoal e equipamento especializado. Informa que acabaram de fazer três estradas: uma entre Franzilhal e Carlão, S. Mamede e Safres e ainda Castedo ao Tua. Desta forma espera que seja uma quantidade que justifique uma empresa deslocar-se para executar este serviço. Concorda com a colocação de railles na estrada do Amieiro, porque é muito perigosa e quando se trata da segurança das pessoas, nunca é demais tudo quanto possam fazer. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** *Introduz Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de aprovação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar aos valores patrimoniais dos prédios urbanos, referente ao ano de 2006”.* Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que este Ponto da Ordem de Trabalhos está esclarecido quer na Proposta, quer nas respectivas Declarações de Voto. Informa ainda que no ano transacto diminuíram 0,1% neste tipo de imposto, mas ainda não há um ano decorrido acerca desta diminuição, não tendo desta forma uma medida comparativa que permita saber os efeitos concretos desta diminuição, nas finanças da Autarquia. Esclarece que quando passar um ano civil e económico sobre esta matéria, estão dispostos a manter ou continuar a diminuir esta Taxa. Lembra que quando iniciaram a aplicação esta Taxa, esta era nova e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, aconselhou todos os Municípios a aplicarem a Taxa máxima. Neste

momento estão a fazer reajustes gradualmente, pois é uma Taxa nova e não existem estudos sobre esta matéria. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** inicia a sua intervenção dizendo que este Ponto da Ordem de Trabalho devia ser analisado em conjunto com o Ponto Três da Ordem de Trabalhos, visto tratar-se de impostos em ambos e um visa manter 0,1 % e o outro 10% sobre a Taxa de IRS. Indica que são duas coisas distintas mas com um carácter que também foi exposto pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata. Este é um carácter meramente político ou com falta de análise, pois tal como referiu o Sr. Presidente da Câmara, apenas vai diminuir 1%. Não concorda com a filosofia aplicada no Ponto Um e no Ponto Três da Ordem de Trabalhos. -----

-----**DEPUTADO VÍTOR SILVA:** Esclarece que relativamente ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, têm que saber distinguir o que são impostos directos e impostos indirectos. No caso do IMI, é um imposto directo e a Derrama é um imposto indirecto, não podendo ser comparados porque na nomenclatura dos impostos não têm nada a ver nem em género, nem na sua explicação. A Bancada do partido Socialista, tal como já fizeram no ano transacto, pretende ressaltar a coragem do Executivo, num tempo em que é complicado obter receitas, baixar uma Taxa. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Dirige-se ao Sr. Deputado Jaime Cardoso esclarecendo que estão a tratar de coisas distintas, tal como referiu o Sr. Deputado Vítor Silva, pois para além da diferença técnica entre imposto directo e indirecto, são situações completamente distintas. No que concerne ao Ponto relativo ao IMI, esclarece que é um imposto directo sobre o Património e tem a ver com a substituição do antigo imposto de SISA. Consequentemente quando procederam à alteração legislativa a Associação Nacional de Municípios Portugueses, dado não haver histórico, aconselhou por escrito, todas as Autarquias a aplicarem a Taxa máxima. Indica ainda que foi o que na generalidade dos casos todas fizeram. No ano passado, assumiram porque já tinham um ano decorrente da colecta deste imposto directo e porque abrange a quase totalidade das pessoas do

Concelho, na medida em que incide sobre o Património, quer de prédios rústicos, quer de prédios urbanos e decidiram descer 0,1% aos prédios urbanos antigos e aos prédios urbanos analisados em função do novo IMI. Relembra que mantém o que afirmou no ano transacto, relativamente a este imposto, ou seja, era uma descida que tinha a ver com uma tentativa de verificar a relação de equilíbrio entre a quebra de receita para a Autarquia, decorrente dessa descida, e o benefício dos próprios cidadãos. Indica ainda que muitas vezes diminuir 0,1% numa determinada Taxa, pode não significar nada, para cada um individualmente, mas no global, pode significar muito para a Autarquia. Informa que não têm uma análise fria dos números porque não decorreu um ano económico sobre esta situação e mantiveram este ano a mesma diminuição do ano passado, mas estão, estiveram e estarão sempre abertos a analisar este imposto sobre o Património que afecta a generalidade das pessoas do Município, no sentido de vir a diminuir ainda mais se não colocar em causa o equilíbrio entre a diminuição da receita e a realização das responsabilidades, enquanto Autarquia. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor e 04 contra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de autorização de lançamento de uma derrama à taxa de 10% para o ano de 2007, a incidir sobre a colecta de IRC do ano económico de 2006*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que no Ponto anterior da Ordem de Trabalhos, era um imposto directo sobre o Património e este é um imposto indirecto que não incide sobre o Património. Indica que compreende o papel da oposição pois tem outra estrutura ideológica e outra posição sobre esta matéria e enquanto a realidade for assim, estão abertos a pensar de forma diferente. Vão continuar a fazer o lançamento desta Taxa Derrama porque é necessária para os cofres do Município. Este é um imposto indirecto sobre, não o valor ilíquido das empresas mas sobre 10% sobre 20% do lucro das empresas. É uma situação que aparentemente parece ser muito gravosa, mas na realidade não o é, porque a esmagadora maioria das empresas que pagam este imposto, são grandes empresas, que se não fosse o pagamento deste imposto, dado terem a sede

social fora do Concelho, extraem riqueza no Concelho e não deixavam um único euro. Dá como exemplo as empresas que operam no Rio Douro, levando e trazendo turistas do Porto para Barca D'Alva, que poluem o rio, utilizam os cais, etc se pudessem sobre elas aplicar esta Taxa de Derrama, pois 10% de 20% do lucro dessas empresas seria uma verba extremamente significativa. Informa ainda que algumas das grandes empresas tal como a EDP, Portugal Telecom, CTT, Bancos, etc, para que haja uma diminuição acentuada na Taxa da Derrama e como têm massa salarial das pessoas dessas empresas que são locadas ao Concelho, começaram a retirar as pessoas locadas ao concelho, em termos de massa salarial, para ver diminuir o pagamento deste imposto ao Concelho. Quando estas estruturas empresariais, tão poderosas aproveitam as fugas da Lei para fugirem aos seus compromissos, depois os Estados, as Autarquias e os que procuram reequilibrar os efeitos secundários do liberalismo total e da lei selvagem da oferta e da procura, são os Governos das diferentes nações. Quem assume responsabilidades a estes níveis nos diferentes Países, fica muitas vezes de pés e mãos atadas e daí as deslocalizações e toda a globalização que globalizou a economia e o capital, contudo não globalizou o trabalho nem os direitos sociais. Esta é uma questão ideológica que tem que ser assumida. Esclarece que enquanto for Presidente da Câmara e o Partido Socialista estiver a dirigir os destinos deste Concelho, no que concerne a esta medida e a lei for assim, vão continuar a aplicar a Taxa de Derrama porque é um imposto indirecto, sobre quem tem muito lucro e o declara. O grande problema deste País não são os que pagam esta Derrama, ate porque não há quem saia deste Concelho e vá investir para outro, por causa da Derrama, dado ser uma variável nos custos de produção absolutamente insignificante, mas os que fogem aos impostos e não declaram o que ganham. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Agradece explicação dada e a amabilidade do Sr. Presidente da Câmara em explicar o que é um imposto directo e um imposto indirecto, independentemente disso, esclarece que tem obrigação bastante de os conhecer, mas esta é uma questão politica com a qual não concorda. Faz referência aos membros do Partido Socialista que usaram da palavra, contra atitudes do Governo ou contra obras existentes nas Freguesias. Entende

que o devem fazer sempre, independentemente da cor partidária porque estão a defender os interesses dos seus eleitos. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara afirmando que o seu raciocínio incorre em três erros profundos, porque o imposto sobre o rendimento não é de 20%, numa firma, é de 25 %. Num caso pessoal como o seu, que tem firma em nome individual, o seu imposto vai até 40%, com uma agravação de 10% sobre os 40%. Estes 40% correspondem ao que vai pagar do presumível lucro, que muitas vezes é difícil de pagar porque engloba as vendas feitas no ano, deduzido das despesas que se apuram do lucro *contabili*, que será recebido ou não, porque é necessário requerer a falência de um cliente para poder baixar esse valor aos impostos nos anos futuros. Frisa que 10% sobre 40% são 4% a mais, passando a haver uma incidência de 44% e se é difícil pagar 40%, mais difícil será pagar 44%. Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que, se este quer trazer para a Região grandes empresas, capazes de gerar grande desenvolvimento, trazer pessoas técnicas, tem que baixar os impostos. Só assim poderá cativar porque ambos praticam a mesma filosofia e nenhuma pessoa bem formada pode ficar contente em ver pessoas na sarjeta e ficar indiferente. Afirma ainda que têm pontos de vista essenciais que coincidem em quase tudo mas variam muito nas tributações. Nenhum empresário monta uma empresa com o objectivo de pagar impostos ou de criar postos de trabalho, mas sim com o intuito do lucro e se lhe acenarem com a hipótese de pagar um pouco menos. Eles vêm de V.N de Gaia para cá. Lembra que no tempo em que o Sr. Presidente da Mesa era Presidente da Câmara, um dos grandes exportadores de Vinho do Porto, a Grande Cruz, predispôs-se a estudar a possibilidade de vir para Alijó com a sua sede, desde que lhe arranjassem uma área de dez hectares. Com ele viriam outras pois a sede do Vinho do Porto já não é no Porto, mas sim na Régua e devia ser obrigatório o engarrafamento do vinho na Região. Vindo estes para a Região, viriam também as fábricas de caixas, de rótulos, de rolhas e uma outra série de empresas de produtos secundários que fariam desenvolver o Concelho, criar postos de trabalho, evitar a desertificação e criar uma renda, porque já no IRC tem uma participação que vem directa para a Câmara. Indica ainda que o caminho traçado com estes aumentos, não ajudam o Concelho, ajudaria se se verificasse o inverso, cativando e trazendo investimento para o concelho, para que este desenvolvesse e criassem postos de trabalho. -----

-----**DEPUTADO VITOR SILVA:** Esclarece que a Derrama é um imposto que incide sobre o

IRC, não tem incidência sobre o IRS e como tal não pode afectar as pessoas singulares. A percentagem das pessoas singulares tem a ver com os seus rendimentos e uma pessoa que pague 40% de IRS, tem bons rendimentos. A taxa de IRC em Portugal é de 25%, já houve tempo em que era menos no interior mas neste momento é em todo o país de 25%. É sobre esta taxa das empresas que pagam imposto sobre o rendimento colectivo, que incide uma Derrama de 10%. Indica ainda que só paga Derrama quem tem lucro, porque incide sobre o resultado líquido do exercício, se for de lucro incide também sobre a massa salarial de empresas que não deixam nenhum dinheiro no Concelho. Desta forma a bancada do Partido Socialista entende por bem votar favoravelmente este pedido e encorajar o Sr. Presidente da Câmara a aplicar a Derrama à taxa de 10% por ser justo e só pagarem as empresas que têm lucro. Desta forma, os que não deixam nada no Concelho, passam através da sua massa salarial, a deixar algum rendimento, o qual é necessário, por causa dos cortes que têm sido efectuados às Autarquias, as quais têm que arranjar maneira de sobreviver. Indica ainda que tem a certeza que o Sr. Presidente se pudesse não aplicar a Derrama, não o faria. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que no que respeita a impostos, nada melhor que os técnicos para se pronunciarem sobre os mesmos, no entanto, mesmo não sendo economista, verifica que há situações que também sabe analisar. Considera inteiramente justo que empresas como a EDP, Portugal Telecom, Bancos, Exportadores de Vinho, etc, paguem os seus impostos, no entanto as pequenas e médias empresas ficarão com mais dificuldades para a sua sobrevivência. No entanto, esta receita é necessária para que a Câmara possa fazer face aos seus compromissos financeiros. Lamenta que haja empresas que usem subterfúgios para fugirem aos impostos pagos no Concelho. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Relativamente a este assunto, indica que durante os catorze anos que esteve nesta Câmara Municipal, por duas vezes tentou que este imposto fosse lançado e fixado no Concelho de Alijó, no entanto nunca o conseguiu, pela oposição cerrada não apenas do Partido Socialista mas também do seu próprio Partido, que nunca votou favoravelmente. Aceita que a Câmara use os meios e instrumentos que a Lei lhe permite para conseguir o máximo de receitas. Pessoalmente, não estaria contra este imposto, desde que haja uma justificação. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se houve alguma alteração na Lei porque quando presidia a Câmara

Municipal, tinha que justificar qual a área onde o dinheiro era aplicado. Lembra que na referida altura apresentou uma proposta para aplicação do mesmo em material didático para as escolas. Na proposta do Sr. Presidente da Câmara não especifica se vai para as receitas gerais da Câmara ou se é para ter alguma utilização específica. Politicamente entende que este imposto vai prejudicar, vai agravar a situação das empresas. É verdade o que o Sr. Presidente da Câmara informa, no entanto é uma verdade parcial porque por arrastamento, vão todas as empresas ter que pagar. Indica ainda que até há cerca de dois anos atrás, sobretudo muitas das pequenas empresas, apresentavam, para fugir a este imposto, resultados negativos. No entanto, a partir do momento em que as Finanças começaram a proceder ao recebimento dos pagamentos por conta, sempre que uma empresa apresenta resultados negativos, sofre uma inspeção das próprias Finanças. Hoje a prática da maior parte dos empresários é não discutir e pagar em silêncio, suportando o pagamento dos pagamentos por conta. Indica que ficou surpreendido quando viu valores na ordem dos 280 mil euros, pois em doze anos, passaram de 2100 contos para cerca de 50 mil contos. Esta é uma verba apelativa e compreende a posição do Sr. Presidente da Câmara, assim como também compreende que não deixa de ser um agravamento nos impostos de todas as pequenas, médias e grandes empresas, que normalmente fazem repercutir esse preço nos custos dos clientes. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que todas as razões são reforçadas pela intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, Ex. Presidente da Câmara, pois para realizar obras e investimentos é necessário ter receita. O Estado Administração Central, exige cada vez mais responsabilidades às Autarquias e os recursos financeiros são cada vez menores e pergunta a todos os Srs. Deputados que pediram investimento para as suas Freguesias, se as Autarquias não recorrerem aos recursos financeiros que a própria Lei estabelece, onde vão buscar dinheiro para as realizar. Manifesta a sua boa vontade para combater o argumento mais demagógico quando falam desta matéria, ou seja, dizem que as empresas não vêm para o Concelho ou vão para outros Concelhos por causa da Derrama, lançando um desafio a todos os Srs. Deputados. O desafio consiste em acabar imediatamente com a Derrama, quando algum Sr. Deputado trazer alguma

empresa que crie postos de trabalho, desenvolvimento para o Concelho e que imponha como única condição, acabar com a Derrama. Indica que já falou com várias empresas e nenhuma fala no factor Derrama como factor de custo de produção significativo para análise custo benefício do seu investimento. Indica ainda que está profundamente aberto para fazer o que fez o Sr. Deputado Aníbal Ferreira quando tentou lançar esta taxa e não lhe permitiram. Solicita que lhe mostrem onde estão essas empresas e está disposto a reequacionar esta questão. Indica que enquanto vir que cerca de 90% desta receita vem das grandes empresas e não das pequenas e médias empresas, vai continuar a adoptar esta medida que considera de carácter social, retirando uma pequena parcela do lucro dos grandes e poderosos para poder dar a todos no Concelho. Finaliza afirmando que está perante uma contradição porque os Srs. Deputados apontam a necessidade de fazer investimentos e apontam as empresas que andam no Concelho e não pagam nada e agora que arranjam forma de os fazer pagar uma pequeníssima parte, depara-se com esta situação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor, 04 votos contra e 03 abstenções. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de aprovação da Taxa Municipal de Direito de Passagem*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este Ponto tem a ver com mais uma taxa a aplicar aos operadores que operam no Concelho, nomeadamente ao nível das telecomunicações, que põem antenas, utilizam o território concelhio e até ao momento não pagavam rigorosamente nada pela utilização desse espaço. Há uma nova directiva comunitária que foi transposta para o direito Português que, tal como está nos documentos entregues, a Associação Nacional de Municípios Portugueses aconselha a verterem para cada Autarquia que impõe uma taxa de 0,25% sobre estes direitos de passagem das operadoras. Esta é mais uma receita que entra nos cofres da Autarquia. ----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Indica que é do seu conhecimento que as antenas

colocadas em terrenos privados, pagam uma quantia mensal, no entanto pensava que o mesmo acontecia com terrenos pertencentes ao Município. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que não usufruiu da palavra no Ponto anterior, apesar de a ter solicitado e esclarece que os Srs. Deputados, inclusive os que também são Presidentes de Junta de Freguesia podem e devem reivindicar obra porque as pessoas elegeram-nos para os representar no local próprio como é a Assembleia Municipal. Indica ainda que não vejam que uma pessoa que vem pedir obra para as suas populações, está a fazer oposição. Qualquer pessoa que reivindica, que represente um povo, não é oposição, e acredita que foi brincadeira do Sr. Vice – Presidente. Concorda plenamente com o imposto de Direito de Passagem e com a Derrama. Todas as empresas transportadoras passam no Concelho, deixam lixo, a Optimus, a TMN, a PT, Bancos, Seguros, etc usufruem das infra estruturas criadas com os nossos impostos. Esta é uma atitude de bom senso e muita inteligência pois fazem pagar “quem não quer saber de nós para nada e só vêm cá para explorar”. Dá o exemplo da Telecom, que as pessoas pagam e apenas conhecem o símbolo. Finaliza afirmando que devem aproveitar um meio que está ao alcance para reverter alguma coisa em prol das populações que os elegeram. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 29 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Pedido de apreciação referente à declaração de apoio na Luta Contra Tráfico de Seres Humanos*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que este é o Ponto mais triste da Ordem de Trabalhos. Gostaria que já não fosse necessário estarem a votar, pensa que por unanimidade, uma Declaração de apoio na luta contra o tráfico de seres humanos. No entanto, como diz um pensador “O Homem acaba por ser o lobo dele próprio”. Em pleno Século XXI, este tráfico de seres humanos é ainda uma dura realidade. Lembra uma situação ocorrida recentemente no Centro Comercial de Vila Real, em que uma criança foi apanhada por indivíduos que cometem estas atrocidades e rapidamente lhe cortaram o cabelo, mudaram a roupa e se a Direcção do Centro Comercial não fechasse todas as saídas, tinham desaparecido com a criança e seria com certeza mais uma vítima

deste tipo de situações. Finaliza afirmando que gostaria que a Assembleia Municipal aprovasse por unanimidade esta Declaração contra o tráfico de seres humanos pois esta é a maior atrocidade que se pode cometer contra nós próprios. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 29 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de autorização para contracção de um empréstimo até ao montante de €1 143.613,00*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que a Câmara Municipal de Alijó, já no mandato anterior estabeleceu um programa de reequilíbrio financeiro que consistia basicamente em ir abatendo gradualmente a dívida e ao mesmo tempo continuar a realizar o investimento necessário para o desenvolvimento do Concelho. Na sequência desta situação e porque cumpriram e até superaram os objectivos estabelecidos nesse plano, têm vindo a assistir ao longo dos últimos anos à possibilidade de recorrer a uma rubrica que está prevista no Orçamento Geral do Estado para as Autarquias que consiste na contracção de empréstimo para saneamento financeiro ou fazer investimento. Informa que têm vindo a aumentar gradualmente e este ano tiveram direito a esta verba, transformando a dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, dando uma maior almofada financeira à Autarquia. Esclarece que este empréstimo não é para realizar empréstimo novo, mas sim para fazer saneamento financeiro, ou seja, pagar investimento já realizado e ao fazê-lo estão a libertar outras verbas para novo investimento. Este é também o maior elogio que podem fazer à gestão financeira da Autarquia. Informa que se provavelmente a nova Lei das Autarquias Locais for aprovada, esta medida é uma das que vai sair da nova Lei das Finanças Locais, sendo esta a última oportunidade para recorrer a este mecanismo de engenharia financeira. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de aprovação da 10.ª Modificação Orçamental aos documentos previsionais de 2006.* “. Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que este Ponto da Ordem de Trabalhos tem a ver com a necessidade de fazer acertos aos documentos previsionais que aprovaram há cerca de um ano e irão provavelmente aprovar na Assembleia Municipal a realizar no mês de Dezembro. Esclarece que quando elaboram este documento prevêem investir em alguma área, projecto ou obra, no entanto, porque a realidade é evolutiva, as candidaturas têm avanços e recuos, por vezes os projectos têm dificuldades em serem aprovados, há alterações de última hora que têm a ver com o próprio reescalonamento dos investimentos previstos ou até com a mudança de estratégia por parte dos Srs. Presidentes de Junta, há várias razões que justificam esta situação e tem a ver com a possibilidade de poderem mexer nesse documento para poderem continuar a realizar os investimentos de acordo com as necessidades do momento. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Sete da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 33 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** informa que está presente um membro do público, Sr. José Maria Veríssimo Pinto que fez o favor de se apresentar para usar da palavra. Agradece a sua atenção por ter compreendido as regras de funcionamento da Assembleia Municipal e dá-lhe a palavra: -----

-----**SR. JOSÉ MARIA PINTO:** Saúda todos os presentes e esclarece que o motivo que o traz até à Assembleia Municipal, é um problema que se arrasta há muitos anos. Indica que teve a infelicidade de um dia apresentar uma candidatura de construção de uma habitação em Sanfins do Douro, a qual foi atribuída e construída legalmente, num local que achava bonito e interessante, no entanto já lá existia uma Estação de Tratamento. Como as coisas evoluem, pensava que com o tempo, aquela “aberração” iria sair daquele local. Infelizmente apesar dos vários avisos, das explicações junto da Câmara Municipal da inconveniência da localização da mesma e apesar de haver alguns Deputados, tal como o Sr. José Manuel Monteiro e o Dr. Jaime Cardoso, que se

manifestaram contra a ideia da construção da nova central no espaço onde estava a anterior, a mesma é uma realidade. Indica ainda que chegou à sua mão uma fotocópia da Reunião onde o Sr. Deputado Dr. Queirós Sousa se infligia contra o facto de ser implantado no mesmo local a referida central e congratulava-se com as palavras do Sr. José Manuel Monteiro e onde o Sr. Presidente da Câmara respondeu que relativamente à ETAR de Sanfins do Douro mencionada pelo Deputado Manuel Monteiro e o Deputado Jaime Queirós Cardoso, a sua localização é indiscutível e a construção de uma ETAR nova, custa um volume significativo de dinheiro que iria criar algum embaraço de ordem financeiro à Câmara Municipal de Alijó. O mesmo referiu ainda que apesar de já ter projecto de remodelação, não implica que seja posto em prática, mas aí correria o risco de ficar longo tempo à espera de nova oportunidade para a construção de uma nova ETAR e que qualquer Estação de Tratamento funciona bem, não tem cheiros e mesmo assim se a Câmara chegar à conclusão que não deve fazer nada, aguardará uma melhor oportunidade para o fazer. Lembra que apesar de todos os avisos, construíram uma nova “aberração”, mais moderna, mas pior que a anterior. Informa que a anterior funcionava de vez em quando e o cheiro só vinha quando ela funcionava, a actual funciona todos os dias, o que implica que não só tenha cheiros todos os dias, tanto na sua habitação como nas outras em redor, como o barulho durante a noite. Indica ainda que este Verão como foi extremamente quente, nunca conseguiu sentar-se na varanda nem abrir as janelas de casa porque se o fizesse entrariam “milhões de mosquitos”. Vem até à Assembleia Municipal, “quase como um pedido de socorro, porque estão a ser engolidos pelos mosquitos, pelo cheiro e pela porcaria”. Solicita à Assembleia Municipal que olhe para este problema com olhos de ver e se debrucem sobre este assunto. Este não é um problema apenas de um bairro mas de uma Freguesia inteira. Informa que em 1990 fez um abaixo-assinado com cerca de trezentas assinaturas, o qual entregou na Junta de Freguesia de Sanfins do Douro e deu por protocolo da Câmara Municipal de Alijó com o n.º 89/90, tendo o Dr. Aníbal conhecimento do que se passou, assim como o Dr. Cêrca porque lhe remeteu uma carta apelando à sua condição de médico e sua sensibilidade, no entanto não obteve resposta. Em pleno Século XXI continuam a sofrer as consequências de uma obra que toda a gente via que não ia servir Sanfins do Douro, porque havia várias fossas que podiam ser tratadas por uma nova ETAR, se fosse construída noutra local que não

criasse problemas e com um tratamento e desinfecção adequadas, de forma que as pessoas possam viver naquele local. Solicita que se dirijam a Sanfins do Douro e verifiquem o que se passa ali pois são “duas piscinas que em cada metro quadrado tem milhões de coisas à superfície”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimento: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que quando chegou à Câmara Municipal, este processo já estava iniciado e tem a ver com um Protocolo, não apenas com a Câmara de Alijó, mas com todas as Câmaras da Região e as Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Esta última é a responsável pela construção da ETAR naquele local. Informa que têm uma carta escrita na Câmara, em que garantiam que a central iria ser construída de acordo com as modernas tecnologias e que este problema, não se iria registar. Indica que já fizeram várias diligências junto da própria empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro que colocaram à volta da ETAR arbustos. Informa que vai fazer chegar uma vez mais à empresa, esta situação porque não está nas mãos da Câmara Municipal resolver este problema, pois o investimento não lhe pertence. Esclarece ainda que não existe qualquer contradição e que não devemos aproveitar situações delicadas para tentar fazer outro tipo de alusões. Tal como já tinha referido, indica que tem a resposta por escrito, da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, a qual pode mostrar e o desenvolvimento desta conversa terá que ser noutro local mais apropriado para o efeito, para lhe poder mostrar os documentos. A empresa é a responsável por esta matéria e não tem competências para lhe resolver o problema. O investimento já existia quando construiu a habitação e acha estranho uma ETAR construída naquele tempo, ser melhor do que a construída agora com novas tecnologias pois viu algumas na Holanda e foi informado que a questão dos cheiros estava completamente ultrapassada. Esclarece que não duvida da sua palavra e que já colocou o problema por escrito à empresa, obtendo a resposta que já transmitiu. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão que fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar, tal como refere o n.º1 do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal. Indica ainda que o período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 do mesmo Artigo,

será distribuído pelos inscritos, não podendo exceder cinco minutos por cidadão. Refere ainda o n.º3 do Artigo 26.º (Regras do uso da palavra no período de intervenção aberto ao público) “A palavra será dada por ordem das inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de 3 minutos” e o n.º 4 do mesmo Artigo “ A mesa ou qualquer membro da assembleia ou da câmara prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito.”. Afirma que este período tem que ser encerrado de imediato, com base na legalidade do Regimento, podendo no entanto o Sr. Presidente da Câmara, se assim o entender, tratar o assunto em particular ou por escrito, dado a situação já ter sido apresentada na Assembleia Municipal e terem tomado as devidas notas. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----